



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS: UM ESTUDO DE SUA  
TRAJETÓRIA DOS ANOS 1980 - 2012 NO BRASIL**

GOIÂNIA

2013

CAMILA ESTÁBILE DANTAS

**A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS: UM ESTUDO DE SUA  
TRAJETÓRIA NOS ANOS 1980 - 2012 NO BRASIL**

Projeto de pesquisa apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração pela FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob a orientação do Prof. Vicente Rocha Soares Ferreira.

GOIÂNIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

Dantas, Camila Estábile

D192p A política de garantia de preços mínimos: um estudo de sua trajetória dos anos 1980 - 2012 no Brasil [manuscrito] / Camila Estábile Dantas – 2013.

70 f. figs., grafs.

Orientador: Prof. Vicente Rocha Soares Ferreira.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Curso de Administração, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras e gráficos.

1. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) – Brasil – 1980-2012. 2. Produtos agrícolas – Mercado interno. 3. Política agrícola. I. Título.

CDU: 338.832:63



**Universidade Federal de Goiás**  
**Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas**  
**Curso de Administração**


**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Autor: Camila Estábile Dantas**

**Título: A Política de Garantia de Preços Mínimos: Um estudo da sua  
Trajetória nos anos de 1980 até 2012 no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 23 / 07 / 2013, pela  
banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Vicente Rocha Soares Ferreira  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ricardo Rossi  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Marcelo Ferreira Tete  
Membro



**Universidade Federal de Goiás**  
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central  
 Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia  
 Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO  
 Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:  
 Graduação     Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Camila Estábil Dantas
E-mail:	Camila_estabile@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Título:	A Política de Garantia de Preços Mínimos: Um estudo de sua Trajetória nos anos de 1980 até 2012 no Brasil
Palavras-chave:	Preços agrícolas. Mercado agrícola. Crédito rural. Política Agrícola
Título em outra língua:	---
Palavras-chave em outra língua:	---
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	23/07/2013
Graduação/Curso Especialização:	Administração
Orientador (a):	Vicente Rocha Soares Ferreira Rocha

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O referido autor:

- a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? ( ) Sim ( x ) Não

Permitir modificações em sua obra?

( ) Sim

( ) Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença .

( x ) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autorial é proibido.

Local e data Goiânia, 30 de junho de 2013

Camila Estábil Dantas

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Aos meus pais.

A quem dedico um amor imensurável.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a trajetória da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) dos anos 1980 até 2012, quando sua atuação se fez de forma mais acentuada, bem como analisar o período posterior até o ano de 2012. Realizando a pesquisa por meio de revisão bibliográfica e de um bibliometria do período compreendido entre 2002 – 2012. A pesquisa retrata o contexto histórico da PGPM desde o seu surgimento até 2012. Deu-se enfoque nas medidas que foram tomadas para a garantia dos preços mínimos dos produtos agrícolas no mercado interno e para garantir uma renda mínima ao produtor agrícola. Ainda analisa o papel desta política na estabilização da economia e no controle da inflação ocorrida na década 1990. O resultado proveniente das medidas tomadas foram a desindexação da PGPM da economia vigente em 1990. Ao final da década de 1990, o trabalho nos mostra que a PGPM perde sua importância devido aos preços praticados no mercado se apresentarem acima dos preços mínimos, conferindo uma rentabilidade ao produtor rural maior do que os preços mínimos fixados pela PGPM. Essa perda de importância se reflete também na perda de interesse dos pesquisadores pelo tema, demonstrado em bibliometria realizada no período 2002-2012.

**Palavras-chaves:** preços agrícolas. mercado agrícola. crédito rural. política agrícola.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução dos Índices de Produção – Total, Culturas Domésticas, de Exportação e Produtos Animais, 1980/89.....	33
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Artigos levantados de acordo com a temática – 2002/2012.....	58
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
CNC	Conselho Nacional do Café
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
SNRC	Sistema Nacional de Crédito Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ORTNs	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
AGF	Aquisição do Governo Federal
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EGF-COV	Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda para o Governo Federal
EGF-SOV	Empréstimo do Governo Federal sem a opção de Venda para o Governo Federal
TR	Taxa Referencial de Juros
PL	Prêmio de Liquidação
PEP	Prêmio de Escoamento do Produto
COVPA	Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícola

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.1.1 OBJETIVO GERAL .....	12
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
1.2 JUSTIFICATIVA .....	13
ESTRUTURA DO MONOGRAFIA .....	14
PARTE I .....	15
1.1 CONCEITUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS .....	15
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS .....	20
1.2.1 SURGIMENTO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1940 .....	20
1.2.2 DÉCADA DE 1950 E 1960 .....	24
1.2.3 DÉCADA DE 1970 .....	28
PARTE II .....	31
2.1 A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS DA DÉCADA DE 1980 E 1990	31
2.1.1 DÉCADA DE 1980 .....	31
2.1.2 DÉCADA DE 1990 .....	40
PARTE III .....	51
3.1 METODOLOGIA .....	51
3.2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS .....	54
3.2.1 COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO .....	54
3.2.2 RESULTADOS REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	56
3.2.2.1 BIBLIOMETRIA .....	57
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo dados de 2010 (IGBE, 2010) dentre toda a população brasileira, 16,2 milhões de brasileiros vivem em extrema pobreza, o que é equivalente a 8,5% da população do país. Para esta base de cálculo o Brasil utiliza como metodologia o salário mínimo, assim chegando a conclusão que este contingente populacional sobrevive com um quarto do salário mínimo familiar per capita.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Brasil é um dos líderes mundiais de produção e de exportação de muitos produtos agropecuários responsáveis por uma dieta alimentar balanceada. A produção agrícola brasileira, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), estima uma produção para este ano de 2013 de R\$ 450 bilhões, equivalente a 18,3% maior do que a produção em 2012. Com uma produção chegando a esses números, os problemas relacionados ao abastecimento, ou seja, a disponibilidade destes alimentos no mercado interno e não para o externo, fica como responsabilidade do Estado.

Para que esta produção seja voltada para o abastecimento interno, é necessário um mercado interno atrativo aos produtores rurais. Esse equacionamento da produção agrícola entre mercado interno e externo é de responsabilidade do Estado. O Estado através das políticas públicas, tenta, ao máximo, conseguir um resultado satisfatório para todas as classes da população.

As Políticas Públicas são um conjunto de ações realizadas pelo Estado e tem como objetivo atender as necessidades e demandas da população no geral. Segundo Teixeira (2002) são diretrizes que norteiam o poder público, sendo apresentadas como regras e procedimentos entre poder público e sociedade. Ela se caracteriza principalmente por ser uma expressão do poder público sobre a sociedade, são meios de intervenção totalmente legalizados por via de leis, programas, dentre outros, necessitam deste respaldo jurídico devido ao fato utilizar de recursos públicos para a sua realização.

Como o Brasil é um país com a economia basicamente voltada para a agricultura (Nunes, 2007), nota-se a importância das Políticas Públicas voltadas para o setor agrícola, comumente no país chamada de Política Agrícola.

O presente estudo tem como cenário a análise e o entendimento da Política Pública de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) na década de 1980 até 2012, que

nas décadas de 1980 e 1990 era vista, dentro do rol de políticas agrícolas, como a política de maior importância dentro do país, segundo Rezende (2003).

Nesse contexto cabe ressaltar que a PGPM se enquadra, dentro da órbita das políticas públicas brasileiras, como um instrumento oriundo de mudanças ocorridas no setor agrícola do país, que visava garantir preço agrícola para comercialização, garantindo, assim, uma renda mínima ao agricultor brasileiro (Coelho, 2001), e evitar grandes oscilações nos preços agrícolas durante o ano, com essas medidas o Estado assegurava o abastecimento interno do Brasil (Bacha e Filho, 2002).

A PGPM enquadrava medidas que trabalhavam de acordo com as necessidades, interesses sociais e econômicos que se relacionavam diretamente com o desempenho do setor agrícola brasileiro.

A PGPM foi criada como medida intervencionista do Estado com o objetivo de ampliar aspectos concernentes ao desenvolvimento rural do país, por intermédio da implementação de políticas públicas direcionadas a produtividade agrícola, assim garantindo o abastecimento interno e dando condições socio-econômicas capazes de avaliar a segurança alimentar da população brasileira e uma renda atrativa ao produtores rurais.

Se faz importante, neste cenário compreender o contexto histórico da PGPM, ocorrido anterior e posteriormente as décadas de 1980 e 1990, e também de sua sistemática em um cenário atualizado, analisando até o ano de 2012, vislumbrando, assim, facilitar uma abordagem evolutiva de sua aplicabilidade de acordo com os diversos momentos políticos e econômicos enfrentados durante sua inserção histórica.

Desta forma, esta pesquisa buscou descrever como se configurou a Política de Garantia de Preços Mínimos no período de 1980 até 2012, avaliando como esta evoluiu historicamente dentro do contexto histórico-econômico do país, bem como suas contribuições para equacionamento de garantia da renda do produtor rural e a segurança alimentar, e devido ao processo de abertura da economia ocorrido na década de 1990 que culminou com perda da efetividade desta política para a economia brasileira, o trabalho se encerra com uma análise bibliométrica de 2002 até 2012, afim de verificar se os interesses acadêmicos por esta área permaneceram o mesmo com a descontinuidade de sua aplicação pelo Governo.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVO GERAL**

Descrever a trajetória e o desenvolvimento da Política Pública de Garantia dos Preços Mínimos no período compreendido entre a 1980 e até 2012.

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Realizar pesquisa bibliográfica e documental em livros, jornais, artigos, mídia eletrônica e demais instrumentos necessários para obtenção de dados para concretizar a presente pesquisa;
- Descrever o contexto histórico no período anterior ao surgimento da PGPM;
- Descrever a formação, implementação, desenvolvimento da PGPM;
- Demonstrar como foi constituída a PGPM na década de 1980 e 1990;
- Realizar e analisar uma pesquisa bibliométrica da produção científica realizada no período compreendido entre 2002 até 2012;

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa sobre os aspectos da PGPM se faz necessária a medida que esta apresenta um impacto direto na vida da sociedade brasileira, visando a todo momento o desenvolvimento da economia rural do país, tendo como principais considerações da política, garantir o abastecimento interno, a renda mínima ao produtor rural, e a redução de grandes oscilações no preços dos produtos agrícolas (Coelho, 2001).

Objetivando a segurança alimentar da população, a PGPM apresenta grande preocupação e apoio à peça chave para o abastecimento, o produtor rural, levando medidas como apoio e disponibilidade de crédito rural, uma preocupação com a renda anual desse produtor (Lucena e Souza, 2001), visando garantir a continuidade de suas atividades dentro do território brasileiro, assim fortalecendo as bases da segurança alimentar, avalizando a continuidade do abastecimento nutricional a população brasileira.

Desta forma, esta pesquisa ambiciona ser um instrumento investigativo para projeções e novas reflexões sobre a Política de Garantia de Preços Mínimos e de suas consequências, além de se configurar em uma ferramenta para futuros pesquisadores.

## **ESTRUTURA DO MONOGRAFIA**

Para melhor explicar o presente trabalho o mesmo foi subdividido em três partes onde a primeira parte, traz dois tópicos, no primeiro configura-se uma conceitualização e situação dos conceitos a serem abordados dentro do contexto do tema tratado, já o segundo tópico faz uma contextualização histórica da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no período compreendido entre o surgimento da Política Agrícola no Brasil, ocorrido até a década de 1930, posteriormente a criação da PGPM até o final da década de 1970.

A segunda parte deste trabalho descreve a PGPM a partir da discussão de alguns autores e legislações fazendo análise no período referente as décadas de 1980 e 1990. Trazendo a contextualização histórica nesta época em que a PGPM foi um dos instrumentos mais importante para o desenvolvimento agrícola e a estabilização da economia do país.

A terceira parte, subdividida em três tópicos, sendo o primeiro referente a metodologia utilizada na confecção deste trabalho, a segunda traz uma apresentação dos resultados através de uma pesquisa bibliométrica realizada entre os anos de 2002 até 2012 e o terceiro tópico traz as considerações finais do trabalho.

## PARTE I

### 1.1 CONCEITUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS

Segundo Tude, Ferro e Santana (2010) desde os filósofos e pensadores da Antiguidade é estudado com afinco o papel e as ações do Estado e qual são suas influências na sociedade em geral. Mas no decorrer dos séculos esses estudos foram se modificando gradualmente para acompanhar o desenvolvimento político da sociedade e de suas formas de governo.

Com o crescimento significativo da democracia, surgiu no século XX uma nova interface para os estudos políticos, foi nesta época que se consolidou os conceitos acerca do “bem-estar social”, e este por sua vez passou também a ser incumbido como responsabilidade e função do Estado, (Tude, Ferro e Santana, 2010).

E com o intuito de alcançar o fim do “bem-estar social” se fez necessário, pelo Estado, o desenvolvimento de uma gama de ações voltadas para vencer as diferentes necessidades sociais, como saúde, educação, segurança, produção agrícola, transporte, etc.

É neste contexto que se delimita a idéia de Políticas Públicas, tendo como objetivo primário suprir as demandas acima citadas, comuns na sociedade, segundo Tude, Ferro e Santana (2010). As Políticas Públicas representam as ações, metas e planos desenvolvidas pelo governo com o intuito de atingir o bem-estar da sociedade e os interesses públicos, onde este bem-estar social é sempre orientado pelo governo e não pela sociedade.

Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transporte, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil. (TUDE, FERRO e SANTANA, 2010, p.11)

As Políticas Públicas, segundo Teixeira (2002) são as diretrizes que norteiam o poder público, sendo apresentadas como regras e procedimentos entre poder público e sociedade. Ela se caracteriza principalmente por ser uma expressão do

poder público sobre a sociedade, são meios de intervenção totalmente legalizados por via de leis, programas, dentre outros, que necessitam deste respaldo jurídico devido ao fato de utilizar como fonte de financiamento recursos públicos para a sua realização.

As Políticas Públicas abrangem todas as formas de ações realizadas pelo Estado com a finalidade de promover a intervenção estatal na sociedade de forma eficiente, em todas as áreas de carências levantadas (Teixeira ,2002).

Dentro do contexto supracitado, segundo Hofling (2001), as Políticas Públicas representam as responsabilidades do Estado como um todo, englobando desde as tomadas de decisões referentes às demandas da sociedade a serem suplantadas até a execução e avaliação de alguma política pública vigente ou já finalizada, envolvendo assim órgãos públicos e diversos agentes privados que estão diretamente ligados a administração pública.

Embora as demandas da sociedade a serem atendidas sejam decisões realizadas pelo Estado e não pela sociedade, os movimentos populares, segundo Teixeira (2002) constituem a parte central do processo, estando presentes tanto como influência nas políticas já em vigor ou já finalizadas (no momento de avaliação de resultados), como na formulação de propostas articuladas que atingem as necessidades da população (desenvolvimento e a formulação de uma política pública).

Estas políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas. (TEIXIERA, 2002, p.4)

As tentativas de estabelecer entre governo e sociedade o conceito de Políticas Públicas no Brasil, segundo Coelho (2001) inicia-se no fim do século XIX com a delimitação de “esboços” de meios de financiamentos agrícolas, tendo como primeira medida a eleição do Banco do Brasil como a principal instituição a atuar ativamente na disposição de financiamentos no setor rural.

No final do século XIX e do início do século XX a economia do Brasil já era fundamentada na exportação do café e devido ao aumento da malha ferroviária na região cafeeira, que culminava na redução do custo da produção, fez com que ocorresse uma grande expansão da cultura no país, o que contribuiu para a

superprodução ocorrida no início do século XX, resultando em um grande declínio dos preços. Foi neste cenário de superprodução que em 1906 foi realizado o Convênio de Taubaté (Saes, 2005).

Pode-se dizer que no setor agrícola é o início das intervenções estatais, pois o Convênio de Taubaté tinha como finalidade principal manter a valorização do café no mercado internacional, onde os produtores exigiam do Governo a compra do produto excedente, formando estoques nacionais para vendas futuras e concessão de crédito ao setor cafeeiro. Estas medidas iniciais para valorização do produto foram repetidas em 1917, 1921 e em 1924 (Saes, 2005).

Este evento teve sucesso em chamar a atenção do governo para a necessidade de uma intervenção estatal, devido ao café ter se mostrado o principal produto da economia brasileira, que até então era regida com bases na comercialização de commodities agrícolas, pois este produto era comercializado internamente e no mercado externo dominava a pauta de exportações do Brasil (Belik, Silva e Takagi, 2001).

Com estas medidas de suporte à sociedade cafeeira da época inaugura-se no país as intervenções estatais no setor rural. Assim teve início no Brasil uma política pública voltada especificamente para o setor rural, o que é hoje comumente chamada de Política Agrícola, segundo Coelho (2001), onde o Governo Federal começou a se preocupar em participar de forma mais ativa no setor cafeeiro e na política de valorização do produto.

As grandes safras ocorridas no final da década de 1920 acarretou para o país um aumento expressivo nos níveis de estoques internos mantidos pelo Governo Federal e a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque contribuíram para a violenta queda nos preços da comercialização do café, o que fez com que as políticas agrícolas até então desenvolvidas voltassem com mais afinco para a valorização do preço do produto, visando o mercado externo (Coelho, 2001).

Segundo Teixeira (2002) a Política Agrícola delimita os princípios fundamentais, objetivos, e competências institucionais, prevê recursos, estabelece ações e instrumentos, todos voltados para o elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da economia agrícola.

Tendo como base a política utilizada pelo Governo dos EUA (o "New Deal"), que tinha como uma de suas preocupações a recuperação do poder de compra do setor agrícola do país, surge no Brasil a preocupação em estimular o setor de grãos,

e assim o Governo inicia os investimentos no financiamento da produção agrícola do Brasil (Coelho, 2001).

O Governo Federal, com o fim de promover o financiamento agrícola cria em meados dos anos 1940 para o Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) e a Comissão de Financiamento de Produção (CFP) (Martinez, 1994). O primeiro com o intuito de garantir financiamento para o setor agrícola, dando maior liquidez ao mercado, e a segunda para tratar especificamente de questões voltadas a garantia de preços na comercialização dos grãos.

Diante da criação desses órgãos ocorreu em meados de 1945, no manejo da Política Agrícola no Brasil, a primeira tentativa, por parte do Governo Federal, de estipular uma fixação de preços para a produção de determinados produtos. Esta política estava inicialmente prevista para fazer parte das atribuições da Comissão de Financiamento de Produção (CFP) acima citada, e já para a safra de 1945/1946 o Governo Federal fixou preços mínimos para arroz, feijão, milho, amendoim, soja e girassol. Porém, devido a deficiência na rede de armazenagem e de escoamento da produção (rede de transportes) do país nenhuma intervenção foi realizada ainda na década de 1940 (Coelho, 2001).

Para a fixação dos preços mínimos eram considerados os custos de produção, o comportamento do mercado no passado e as perspectiva do mercado para os anos seguintes.

Apesar de todas essas medidas, o governo ainda era bastante negligente com a Política Agrícola, o que foi a principal causa da grande crise de abastecimento enfrentada pelo país em 1962. Para tentar resolver o problema do abastecimento interno, que se fazia mais urgente, o Governo instaurou um plano de desenvolvimento trienal.

O Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-1965) encampou totalmente a tese da teoria estruturalista da inflação de que a rigidez da oferta agrícola, devido a problemas estruturais (leia-se a estrutura agrária) era a principal fonte de pressão sobre os preços. Com base nessas premissas, o Governo Federal da época canalizou todos os seus esforços para a aprovação de uma ampla reforma agrária para o País. E, como se tratava de um processo demorado, tomou algumas medidas, em 1962, para enfrentar o problema no curto prazo através da criação de uma espécie de um sistema integrado de abastecimento sob controle do Estado. Entre essas medidas destaca-se a transformação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em autarquia (Lei Delegada nº 2), a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) por meio da Lei Delegada nº 6 e da Companhia

Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), por meio da Lei Delegada nº 7. (COELHO, 2001, p.12).

Assim, se delimita com firmeza no ambiente governamental a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM). Com este plano que mantinha principalmente a fixação dos preços, o Governo Federal previa medidas de erradicação do risco de oscilação dos preços, garantia o armazenamento da produção, criava uma rede para distribuir os produtos com os pólos varejistas, ampliava o crédito rural e com isso previa não só acabar, mas evitar futuras crises de abastecimento, bem como com as especulações nos preços agrícolas (Coelho, 2001).

Para cumprir as medidas prévias acima citadas era preciso criar e se adaptar aos instrumentos propostos pela Política Agrícola da época. A solução para isso era estimular o desenvolvimento de projetos que tinham como base o investimento no setor rural, que priorizassem a organização de uma plataforma que apoiasse o setor agrícola no financiamento e sustentação da produção, criando um sistema de crédito especializado fortalecendo, assim, o poder de barganha do produtor, apoiando-o no momento da comercialização (Gramacho, 1993).

Com essas medidas de intervenção a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) se tornou o instrumento mais importante dentro da Política Agrícola, pois com sua vigência conseguia-se administrar todas as dificuldades até então encontradas para o setor rural de forma simplificada, garantindo a sustentação dos preços agrícolas. Além disso a PGPM contava com alta capacidade de penetração imediata entre os envolvidos, os produtores rurais (Coelho, 2001).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), segundo Nunes (2007) foi um dos principais instrumentos do setor público que aspirava atingir exclusivamente os produtos básicos da agricultura do Brasil, apresentava como objetivo central a garantia da renda anual do agricultor e também a manutenção da oferta dos produtos agrícolas na economia nacional.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que teve origem no ano de 1943, consiste em um mecanismo específico de política de rendas para a agropecuária, cujo intuito é evitar a grande oscilação de preços dos principais produtos agrícolas. Trata-se de um mecanismo que busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto e, com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos. (FILHO E BACHA, 2004, p.4).

Segundo Coelho (2001) a PGPM foi uma política especificamente criada com o intuito de dar suporte aos preços agrícolas, tinha a finalidade de eliminar o risco para os investimentos realizados em agricultura, fixando os preços anualmente de forma antecipada. Os preços eram fixados antes do plantio para vigorarem até o fim da colheita.

Na realidade esta fixação de preços que ocorreu com a criação da PGPM serviria para os produtores como uma forma de orientação financeira, pois permitia uma melhor alocação dos seus recursos, investindo principalmente no melhor tipo de produto e as quantidades ideais a serem produzidas de cada produto, assim, a PGPM garantia maiores chances de sucesso ao setor agrícola do país.

## **1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS**

### **1.2.1 SURGIMENTO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1940**

De acordo com Belik, Silva e Takagi (2001) foi no século XVI que surge no Brasil a preocupação com a produção de culturas alimentares, pois foi nesta época que se dá início a instalação da produção monocultura nas grandes fazendas, o que dificultou a produção de mantimentos. Podemos dizer que este fato é o início do problema de escassez de alimentos no Brasil.

Resgatar a história do abastecimento alimentar no Brasil é estar inserido em muitas histórias, de regiões, de cidades, de culturas, de produtos e de muitas crises, isso tudo envolvido em um contexto de inexistência de políticas agrícolas visando o abastecimento interno, o consumo de alimentos pela população, a comercialização da produção e a valorização da produção agrícola interna.

A drástica redução de alimentos e o atraso nas estruturas de comercialização acarretaram a elevação nos preços dos alimentos no mercado interno, o que como consequência diminuiu consideravelmente a renda do produtor, dificultando o desenvolvimento no setor agrícola.

Dentro desse contexto de problemas no setor agrícola que afetavam diretamente a sociedade, inicia-se no final do século XIX, a necessidade de uma intervenção por parte do governo, para garantir a liquidez da produção agrícola, que

segundo Coelho (2001), é quando o Governo Federal já começa a pensar em meios, embora ainda muito primitivos, de financiar a produção agrícola, propiciando assim uma melhor forma de comercializar a produção, até então, disponível no mercado interno.

Neste sentido, já no início do século XX, em 1906, é realizado pelos produtores de café o Convênio de Taubaté, que pode ser visto como o resultado inicial de uma gama de intervenções no setor agrícola. Estas intervenções foram realizadas basicamente através de medidas que controlavam o fluxo de produção do café, e conseqüentemente melhoravam os preços dos produtos agrícolas (Pires, 2008).

As decisões e as formas de aplicação do Convênio de Taubaté são amplamente conhecidas:

O Governo compraria o excedente de produção de café a fim de criar um estoque que pudesse ser vendido quando houvesse uma safra reduzida; essa compra seria realizada com recursos de empréstimos externos; foi estabelecida uma taxa sobre cada saca de café exportada a fim de pagar os juros e comissões sobre os empréstimos externos e também os custos de armazenagem do café. Finalmente foi proibido a plantação de novos cafezais a fim de evitar o aumento da super produção. (SAES, 2005, p. 95)

Estas intervenções provenientes do Convênio de Taubaté, do ponto de vista comercial, foram bem sucedidas, pois os estoques acumulados em 1906 e nas seguintes safras foram recolocados no mercado de forma gradativa até 1912, registrando lucro nas operações realizadas (Pires, 2008).

Devido ao sucesso dessas intervenções, estas medidas foram repetidas nos anos de 1917 e 1921, até a sua adoção permanente em 1924, porém a manutenção da valorização do café, da forma como era feita, se tornou um problema a longo prazo, pois como se tratava de um produto de alta rentabilidade, não foi possível evitar o aumento de área plantada, a superprodução e o surgimento de novos países investindo na plantação de café (Saes, 2005).

Seguindo a linha de raciocínio dos autores acima, no final de década de 1920, quando o Brasil enfrentava a Grande Depressão (crise interna de escassez de alimentos e desempregos) é que eclode no mundo a crise 1929, com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que muito afetou a economia do país, com uma violenta queda nos preços do café, que era comercializado em larga escala e exercia grande influência na economia vigente na época. O grande declínio

apresentado nos preços desta commodity culminou com a suspensão, pelo Governo Federal, das políticas de defesa e valorização do café.

De frente com a desestruturação da economia cafeeira em 1929, houve grande migração da população rural para as cidades, o que contribuiu para agravar o problema, pois chegava às cidades um grande contingente populacional que contribuía para um aumento expressivo de uma demanda maior de alimentos disponíveis, pois antes essa parcela da população vivia em meio de subsistência, sobrevivendo com o que era produzido no ambiente rural.

E nesse contexto no final de década de 1920 e no início da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que se inaugura no Brasil as intervenções públicas no abastecimento. Nesta época o país passava por uma grande crise de oferta de alimentos no território interno e se fez necessário da parte do poder maior, o Estado, planejar e implantar uma medida de intervenção, para assegurar a segurança alimentar da população (Belik, Silva e Takagi, 2001).

E como medida foi criado pelo Governo o Conselho Nacional do Café (CNC), com o intuito de deixar este órgão com atividades voltadas exclusivamente para a política do café, as atribuições eram as seguintes:

a) administrar as vendas do café dos estoques dos Empréstimos para a Conversão do Café; b) dirigir o programa federal de sustentação do café, providenciando a compra e destruição do produto; c) administrar a taxa que seria cobrada em moeda estrangeira (nos quatro primeiros anos) e depois em espécie e d) controlar os regulamentos de transportes. (COELHO, 2001, p.6).

No início a política de valorização do café era restringir o plantio por um período suficientemente longo até chegar a um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda, assim garantindo um preço cambial rentável para o país, embora a oferta ainda continuasse alta, foi formulado um programa de administração desta oferta através da eliminação física do café, ou seja, para a retirada do café do mercado seria realizado a queima de milhões de sacas controlando assim, o nível de produção anual do país (Coelho, 2001).

Esta política foi utilizada entre 1931 até 1944, porém em 1937 houve uma grande reformulação estratégica na política de valorização do café até então utilizada, a partir desta data foram incinerados apenas o café de qualidade inferior, para o qual não haveria mercado, esta reformulação tinha o intuito de aumentar as

exportações físicas de café por meio da redução dos preços do produto no mercado internacional (Coelho, 2001).

Até hoje na história econômica do mundo, a destruição física do café pode ser vista como uma das formas mais radicais e dramáticas de sustentar a economia adotada por um país. A queima de café durante o período acima citado foi equivalente a 3 safras recordes.

Após 1944 o país abandonou definitivamente a política de destruição das sacas excedentes de café, que dava prioridade dentro do setor agrícola apenas para produção do café. Nesta época o país começou a se voltar também para outras commodities produzidas em território nacional que poderiam também ser fortes na pauta de exportações brasileiras.

Desde meados de 1940 o país estava sobre forte influência das medidas de apoio a agricultura vigente nos EUA, com sucesso, desde 1933, que tinham como um de seus objetivos estabilizar a economia agrícola, garantir preços dos produtos internos, e assim, acarretando proteção a renda dos produtores.

Diante desta influência o governo criou dois órgãos para estimular a política de grãos no país, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) e Comissão de Financiamento de Produção (CFP), a primeira com o intuito de tratar as questões relacionadas a captação de financiamentos e a segunda com a finalidade de garantir a comercialização dos produtos agrícolas (Coelho, 2001).

Estas medidas acima citadas constituem na primeira tentativa do Governo Federal de formalizar e institucionalizar uma política agrícola para estimular o desenvolvimento do setor de grãos do país e também com a preocupação de garantir um preço mínimo para determinados produtos essenciais para o abastecimento interno.

Neste período do final do século XIX até a década de 1950 o Brasil passou por profundas modificações no setor agrícola, embora no início ainda não possuísse uma política agrícola forte, que tratava de assuntos específicos do setor agrícola, para atingir o principal produto da economia na época, o café, o governo tomou medidas que direcionavam e contribuíam para uma melhor alocação dos recursos disponíveis e da disponibilidade do produto agrícola no mercado interno e externo.

Já no final da década de 1940, percebe-se as articulações do governo voltadas para uma séria estruturação da política agrícola e o embrião do controle do

mercado agrícola, realizado por meio da fixação de preços, dando ao governo o poder de estimular os produtos escolhidos para vigorarem na próxima safra. É neste contexto político que o setor agrícola entra na década de 1950.

### **1.2.2 DÉCADA DE 1950 E 1960**

Seguindo a linha de raciocínio dos autores citados anteriormente, a década de 1950 já se inicia com um grande contingente populacional migrando do campo para as cidades. Assim, o Brasil foi alvo de um crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos, devido a esse fator, foi uma década marcada por formulações de políticas públicas que visavam garantir a alimentação a nova população urbana, direcionando o setor agrícola para uma agricultura voltada basicamente para o abastecimento interno.

Nesta época a maior preocupação era garantir a segurança alimentar da população, e para atingir este fim as importações se mostraram uma péssima opção de comercialização, deixando de ser atrativa ao mercado interno, mesmo embora a economia ainda fosse muito ligada a produção em larga escala (Lucena e Souza, 2001).

A característica principal deste período é uma forte taxa de crescimento da população em todo o território nacional e uma acentuada migração campo-cidade, pressionando fortemente a demanda por alimentos em uma situação de escassez e desorganização da oferta interna. Atrelado a esse problema, o Brasil sempre enfrentou uma grande precariedade na infra-estrutura do país, o que, como consequência, acabava por desestimular a agricultura (Favero, 2005).

Além disso, para garantir a segurança alimentar da população, o país necessitava da alta comercialização dos produtos agrícolas dentro do território nacional, e devido as péssimas condições de transportes e de armazenagem das safras, perdia-se no transporte da produção, em média, o equivalente a um quarto da produção embarcada no Brasil (Lucena e Souza, 2001).

Portanto, a política agrícola brasileira, nos anos 50, baseou-se na melhoria da infra-estrutura de comercialização, principalmente através de investimentos públicos em transportes e em armazenamento e na modernização em larga escala. (LUCENA E SOUZA, 2001, P.181).

Segundo Lucena e Souza (2001) diante deste entrave, a política agrícola da década de 1950 foi voltada para a modernização do setor agrícola, visando a melhoria dos transportes e do armazenamento das safras. Esta modernização se tornava palpável por meio de subsídios a importação de insumos agrícolas, a concessão de crédito rural e a ampliação do sistema de assistência técnica nas áreas de produção.

Esta ação de abastecer a população urbana era vista como um alicerce para o desenvolvimento industrial do país. O Governo Federal tinha como objetivo principal se preocupar com a disponibilidade de alimento, assim suprindo uma necessidade básica do ser humano, que é a alimentação, pois o Brasil produzia todo o alimento de que o país necessitava, devido a abundância e a alta capacidade produtiva das terras cultiváveis e ainda em expansão dentro do território nacional, para que assim a população pudesse se direcionar a outras atividades, sendo elas de prioridade industrial (Lucena e Souza, 2001).

Segundo Coelho (2001) no início da década de 1950 a Comissão de Financiamento da Produção, a CFP, foi inteirada de maiores poderes, pois foi incumbida também das responsabilidades referente a disponibilidade do crédito rural, ou seja, ela estabelecia os preços e lançava as bases do empréstimo de comercialização, o que pela primeira vez conseguiu atingir com eficiência o público-alvo da política, os produtores rurais. Este tipo de empréstimo mais tarde deu origem ao Empréstimo do Governo Federal, o EGF.

Apesar dessa reformulação sofrida pela PGPM, a Política Agrícola ainda era bastante negligenciada pelo Governo Federal. Embora a política adotada em toda a década de 1950 visasse o desenvolvimento da infra-estrutura necessária para a comercialização, não foi realizado nenhum investimento volumoso nesta área capaz de reduzir o problema (Coelho, 2001).

Além da falta de investimento em infra-estrutura, o Governo manteve uma Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com os preços-bases fixados bem abaixo dos preços praticados no mercado. Esta negligência ao setor agrícola somada ao crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos contribuíram em larga escala para a grande crise de abastecimento de 1962 (Coelho, 2001).

No início da década de 1960, após enfrentar uma sucessão de crises pautadas no abastecimento de produtos agrícolas básicos e essenciais na

alimentação, o Governo realiza uma mudança na estratégia governamental no setor agrícola brasileiro.

Para resolver o problema gerado pela crise do abastecimento de 1962, acima citado, o Governo Federal implantou o Plano Trienal de Desenvolvimento, onde tinha como medidas principais a promoção de uma ampla rede de distribuição de alimentos e o controle dos preços para o consumidor final, dando um fim a dificuldade de captação de alimentos e evitando futuras crises no abastecimento interno (Coelho, 2001).

Na percepção dos formuladores da política, a ampliação do crédito rural, a eliminação do risco de preços por meio de uma política de garantia de preços mínimos mais eficaz, o fornecimento de armazéns para garantir a sua execução, a criação de uma rede oficial de estabelecimentos varejistas para ampliar a capacidade de intervenção oficial na distribuição e o controle de preços ao consumidor (a ser exercido pela Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB), seriam suficientes para fechar o círculo do abastecimento e evitar futuras crises no abastecimento e aumentos especulativos nos preços. (COELHO, 2001, p.12).

Durante toda a década de 1960, a política agrícola continuou com as mesmas bases, ainda tentando promover a expansão do sistema de transportes e da modernização dos investimentos no setor rural. Com esse intuito se fez necessário a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que intermediava e facilitava a disponibilização de crédito aos produtores do país (Lucena e Souza, 2001).

Segundo Martinez (1994) para conseguir atingir os fins da nova mudança, além de ser criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), também foi reformulada a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), essas medidas coincidiram com uma proposta de expansão agrícola por via de expansão de área plantada, onde essas medidas junto com a expansão agrícola formaram os pilares da Política Agrícola para as décadas futuras.

Ainda na década de 1960 foi instituído o Decreto-lei 79/66 (Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966), que de acordo com a legislação, instituiu normas para a fixação de preços mínimos, execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adotava outras providências que objetivavam proteger a rentabilidade do produtor rural no período de excedente de oferta agrícola. Embora as ações referente a PGPM já fossem adotadas com sucesso desde o final da

década de 1940, este decreto foi instituído apenas com o intuito de formalizar o conceito da PGPM dentro do Governo Federal (Delgado e Conceição, 2005).

No período 1966/73 ocorreu o chamado milagre brasileiro, onde a conjugação de fatores externos favoráveis com várias medidas no âmbito doméstico permitiram a obtenção de elevadas taxas de crescimento do PIB com inflação declinante. Nesse período, o produto real cresceu 213% (em 1973 chegou a crescer 14%) e a taxa de inflação caiu de 24,3% para 15,5%. (COELHO, 2001, p.15).

Segundo Carvalho e Silva (1993) após a criação o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o estímulo a expansão agrícola, o crédito rural se mostrou um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado como incentivo a produção agrícola, este, aliado com os incentivos fiscais, tendências econômicas e condições climáticas se tornou o melhor direcionador dos recursos disponíveis alocados para o setor agrícola.

Assim, o crédito rural se tornou um instrumento relevante na face da modernização esperada no planejamento da PGPM. O crédito rural, no decorrer do tempo, se fez tão importante devido sua alta diversificação no momento da utilização, podendo ser utilizado para compra de insumos agrícolas, investimentos em maquinários agrícolas, no transporte da produção, nas atividades de comercialização, dentre outros, como investimentos em pecuária, reflorestamento, etc, facilitando a sua aplicação no ambiente rural (Carvalho e Silva, 1993).

Segundo Lucena e Souza (2001) considerando a política adotada na década de 1950, nota-se que em 1960 a produção agrícola obteve melhores resultados que na década anterior, apresentando crescimento na maior parte dos produtos exportados e também no mercado interno, estes cresceram mais que a população nacional na década acima citada, na época este número girava em torno de 3%. Isso evidencia o quão assertiva foi a política adotada nas décadas 1950 e 1960.

Como consequência dessa situação, a intervenção do estado se fez de forma direta, aliada com a expansão agrícola que culminou com uma maior disponibilidade de alimentos no mercado, o Governo implantou e financiou mercados atacadistas e suas estruturas operacionais para facilitar a distribuição desses alimentos, atuando, seja na organização destes mercados ou ainda por meio de instrumentos de regulação de preços e políticas de incentivo a produção, assim a PGPM, na década

de 1960 atingiu o seu ápice, alcançando o seu principal objetivo, de garantir o abastecimento da população e ainda estimular a agricultura do país (Favero, 2005).

Segundo Delgado e Conceição (2005), a PGPM desde a sua reestruturação com o Decreto-lei 79/66 (Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966) até o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi baseada no conceito e na dinâmica de intervenção estatal passiva com formação de estoques públicos e fixação dos preços mínimos, assim possibilitando uma melhor orientação quanto a evolução do mercado agrícola.

Segundo Lucena e Souza (2001) com as medidas adotadas nas décadas de 1950 e 1960, percebe-se nitidamente que no cenário econômico, o país sofreu uma forte abertura para o mercado externo, elevando assim a capacidade das transações comerciais internacionais (importações e exportações) do país, o que conseqüentemente impulsionou um aumento nas exportações de produtos agrícolas e industrializados.

Com este cenário do mercado internacional extremamente favorável, os preços dos insumos agrícolas estavam em baixa enquanto que os preços agrícolas (commodities comercializadas na década de 1950 e 1960) estavam em alta, o que apontava alta rentabilidade para o setor agrícola brasileiro.

Em uma visão ampla da década de 1950 e 1960 concluiu-se que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) baseou-se principalmente na melhoria da infraestrutura tanto dos meios de comercialização quanto da produção, visando desde a plantio até a escoamento da produção, isso foi possível por meio de maciços investimentos em transportes, armazenamento da produção e a modernização de maquinários em larga escala, o que ao longo desses vinte anos (década de 1950 e 1960) acabou por incentivar o crescimento da agricultura, promovendo um crescimento gradativo e mais orientado, este crescimento se fez de forma mais acentuada no década de 1960. Estes fatos, mais uma vez, demonstram o quão assertiva foi a PGPM vigente também nessas duas décadas.

### **1.2.3 DÉCADA DE 1970**

A alta das exportações de produtos agrícolas se sustentou forte também na década de 1970, com a economia mundial aquecida e o sucesso da política adotada na década de 1960, manteve-se com veemência a política de crédito rural altamente

subsidiado, onde as taxas nominais de juros de crédito rural ficaram abaixo das taxas de inflação, mantendo em 15% ao ano. Também na primeira metade da década de 1970 a disponibilidade de crédito rural foi o responsável pelo desenvolvimento agrícola no país (Lucena e Souza, 2001).

Segundo Lucena e Souza (2001) o responsável por esse aumento no tomada de crédito foi as facilidades de pagamento, pois em 1975, o empréstimo para fins agrícolas era concedido com juro zero e com três anos de carência, para somente assim iniciar o pagamento, além disso, o tomador obtinha muita facilidade no momento de liquidar a dívida, era concedido, em média cinco anos para o efetivo pagamento da dívida.

Segundo Lucena e Souza (2001) no início da década de 1970, com uma maior abertura para o mercado externo, aumentando a demanda internacional e registrando um crescimento no próprio mercado interno, o Brasil apresentou um crescimento no PIB de 66%, porém, esse fato tem como fundamento principal a expansão do crédito rural (Lucena e Souza, 2001).

Segundo Coelho (2001) a década de 1970 já iniciou com o mercado pouco aquecido e ainda permitiu um crescimento do PIB na mesma proporção que os citados acima, porém, após 1974 o crescimento já começou a mostrar sintomas de declínio.

O milagre econômico foi impulsionado por várias medidas tomadas pelo Governo para fomentar a economia. Foi realizado uma importante reforma tributária, atribuindo-a maior rigidez na arrecadação de impostos, o aproveitamento do excesso de capacidade ociosa na economia brasileira e também teve início uma fase onde as obrigações financeiras sofriam a correção monetária vigente no mercado, o que culminou com o aumento das taxas de inflação nos próximos anos, reduzindo, conseqüentemente, a demanda por crédito rural (Coelho, 2001).

No âmbito doméstico, a introdução da correção monetária plena sobre haveres e obrigações financeiras, se por um lado lançou as bases do processo endógeno de realimentação da inflação e da ampliação do papel da memória inflacionária (inflação inercial) na formação dos índices, que tornaram extremamente difíceis a aplicação de políticas antiinflacionárias em anos posteriores, por outro estimulou a poupança criando uma remuneração real aos poupadores líquidos da economia, viabilizou a utilização de títulos na captação de recursos e, portanto, no financiamento de déficits públicos e privados. (COELHO, 2001, p.16).

Segundo Carvalho e Silva (1993) estas facilidades de tomada de crédito rural supracitadas se sustentaram até 1979, quando foi aumentada a taxa de juros, se tornando maiores que a taxa de inflação, reduzindo drasticamente a demanda por crédito rural.

Este reajuste nas taxas de juros foi responsável pela grande queda na demanda por crédito rural. Assim, os juros do crédito rural ficaram acima da taxa da inflação, o que fez com que este tipo de subsídio não se tornasse mais atrativo aos produtores, como aconteceu nas décadas anteriores.

Quando as taxas de juros passaram a ser ajustadas de acordo com um coeficiente aplicado a correção monetária, a tomada de crédito rural deixou de ser atrativo ao setor agrícola, nesta época a taxa de inflação passou de 72% ao ano em 1979 para 110% em 1980, em menos de um ano a inflação aumentou 38%, diminuindo consideravelmente o poder de compra da população, logo após este acontecimento, ocorre em 1979 o segundo choque do petróleo o que elevou em níveis consideráveis o desequilíbrio da balança comercial no Brasil (Lucena e Souza, 2001).

No final da década de 1970 o país enfrentava uma grave crise financeira, que culminou com uma redução gradual do apoio ao setor rural, pois houve uma alta redução no volume e nos recursos disponíveis do crédito rural (Carvalho e Silva, 1993).

Embora com a economia desajustada devido ao segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, que desestabilizou a economia nacional, ainda no final da década de 1970 a preocupação com a política agrícola que apoiava a economia rural foi transferida para a PGPM, política de suporte aos preços agrícolas, assim, os preços mínimos deixaram de servir como parâmetro para a captação de crédito rural. Essa independência dos preços estipulados em relação a disponibilidade do recurso se fez importante para que a fixação de preços mínimos ocorresse em níveis condizentes com os objetivos da economia do Estado a longo prazo, e não como ocorrido nas décadas anteriores, que eram pautados como respostas às crises enfrentadas.

## **PARTE II**

### **2.1 A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS DA DÉCADA DE 1980 E 1990**

#### **2.1.1 DÉCADA DE 1980**

Segundo Mello (1990) a década de 1980 inicia-se com um ambiente macroeconômico desfavorável. O país enfrentava grandes problemas no mercado internacional e internamente apresentava uma economia estagnada. A economia interna carecia por ajustes econômicos, pois o país, que nos últimos anos da década de 1970 demonstrou crescimento acentuado, não se via mais em condições internas de sustentar, para esta década, o ritmo de crescimento até então atingido.

Ainda segundo Mello (1990) embora a economia brasileira dava sinais de extremo desajustes, o setor agrícola, por outro lado, em meio a um ambiente desfavorável, se vê ainda com bons índices de crescimento, o que destoava da realidade econômica do país. Durante a década, o setor agrícola apresentou crescimento considerável nas principais culturas do país, como algodão, laranja, milho, soja, tomate, café, dentre muitas outras.

A década de 1980 possuiu um padrão de crescimento bastante diferente das décadas anteriores, antes de 1980, o crescimento da agricultura era apresentado através de emprego de mão-de-obra e principalmente pela expansão de novas áreas de plantio, já da década de 1980 em diante, percebe-se claramente que o crescimento se deu por meio do aumento da produtividade por área plantada, ou seja, nesta década não houve registro de abertura de novas áreas no país, houve crescimento apenas devido ao aumento de investimento na área já em utilização (Gasques e Verde, 1990).

Segundo Gasques e Verde (1990) este fato contribuiu para o grande salto apresentado em termos de produtividade por área plantada em 1980. Os fatores responsáveis foram o aumento da utilização de insumos agrícolas (investimentos), uma mudança na composição da produção e o aumento de investimentos em pesquisas no setor agrícola, principalmente através da EMBRAPA (Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária), implantando novas variedades e novos sistemas de plantios.

Segundo Mello (1990) este crescimento favorável vigente em um ambiente de completo desajuste, pode ser explicado por três fatores:

a) expressiva melhoria da produtividade; b) política cambial incentivadora das exportações; c) formulação e implementação gradativas, na década, de adequada política agrícola. (MELLO, 1990, p.24).

Esta grande redução dos preços de insumos agrícolas, que se mostrou como uma forte tendência de queda nos últimos anos da década de 1970 e início da década de 1980, resultou em uma diminuição significativa nos custos totais de produção, e conseqüentemente impulsionou o setor agrícola para esta melhoria na produção por área plantada, culminando no aumento de produtividade (Gasques e Verde, 1990).

Seguindo a linha dos autores citados, nesta década a agricultura demonstrou um crescimento favorável, embora todos os indicadores econômicos apontavam para a economia nacional com pouco dinamismo e dando sinais de pouco crescimento. Mesmo que tenha havido expansão na agricultura como um todo, na década de 1980, as culturas alimentares, normalmente de produção domésticas, sofreram uma grande redução, tendo substituição destas culturas por commodities com alta rentabilidade.

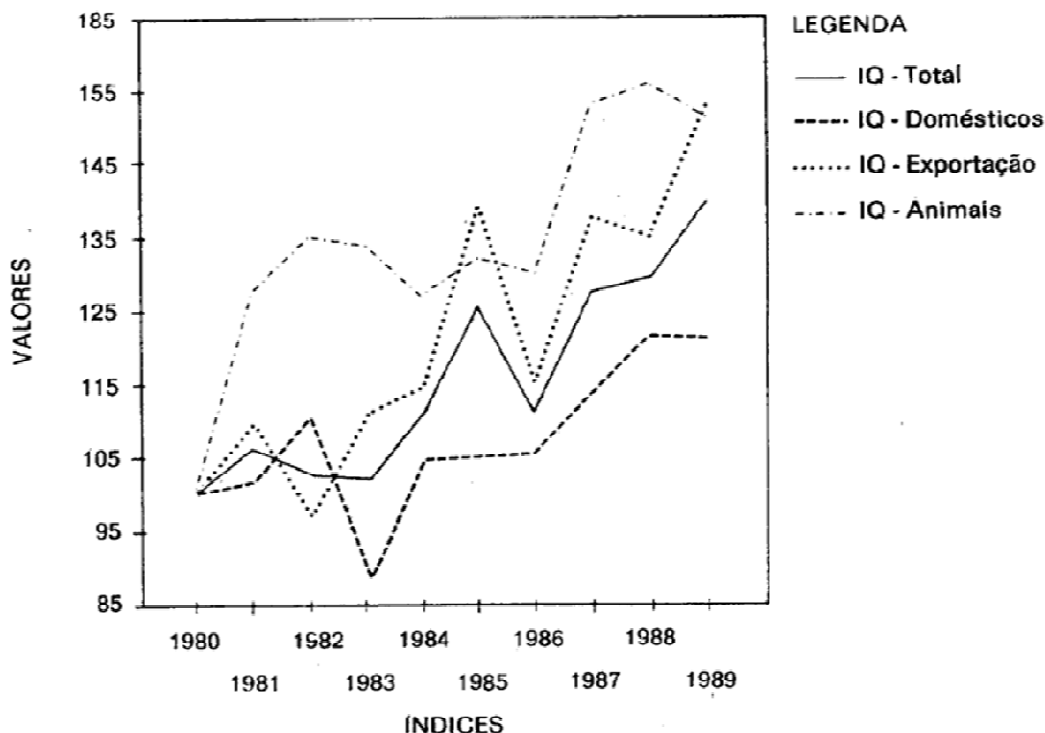
Segundo Mello (1990) em relação ao expressivo crescimento da produtividade por área plantada, pode-se afirmar:

Uma taxa anual média de 2,07% de crescimento da produtividade da terra para o total de lavouras, correspondente a 58% do crescimento do produto total. Para as lavouras de exportação, a década de 80 teve um crescimento de produtividade de 2,16% ao ano e, para as lavouras domésticas de 1,39% ao ano. (MELLO, 1990, p. 24).

Como citado acima, como não houve abertura de áreas na década de 1980, o crescimento da produtividade também se deu através do fenômeno de substituição das culturas, pois os produtores davam prioridade as culturas de maior rentabilidade na comercialização, aumentando a plantação de commodities. Este fato convergia em uma preocupação futura, mesmo que em menor proporção, com o abastecimento interno, mas ao mesmo tempo contribuiu para um aumento significativo no PIB

agrícola, pois nesta fase houve no campo crescimento de culturas como soja, trigo, milho, cana-de-açúcar, algodão e laranja, todas de grande expressão no mercado internacional (Gasquez e Verde, 1990).

Gráfico 1- Evolução dos Índices de Produção – Total, Culturas Domésticas, de Exportação e Produtos Animais, 1980/89



Fonte: Mello (1990, p. 24)

Segundo Lucena e Souza (2001) com o segundo choque do Petróleo ocorrido no final da década de 1970, a década de 1980 já se inicia, no geral, com profundos problemas econômicos, diante disso o governo foi pressionado por dois problemas básicos de cunho macroeconômico: elevação substancial das taxas de inflação e, paralelamente, ao crescimento da dívida externa que influenciava diretamente o cenário agrícola vigente, pois a comercialização agrícola da década de 1980 era basicamente voltada para a exportação. Estes fatores conferiram ao país uma crescente instabilidade no mercado internacional.

Segundo Gasques e Verde (1990) o governo vigente (Figueredo 1979-1985) tomou como sua principal ação combater estes dois problemas de origens macroeconômicas supracitados e à alcançar o controle das taxas inflacionárias praticadas no país.

Para isso promoveu como medida prioritária um grande corte dos gastos públicos. Estes cortes geraram, conseqüentemente, uma drástica redução dos recursos para o financiamento rural, e com a constante elevação das taxas de juros real para a tomada de crédito no setor agrícola, acarretou aos produtores um grande aumento dos custos de financiamento da produção, aumentando em muito o custo total da produção (Gasquez e Verde, 1990).

Segundo Rezende (2003) diante desta decisão do governo de Figueredo (1979-1985), logo em 1981 já foi implantada mudança na PGPM, a principal delas foi a limitação da disponibilidade de crédito rural, que segundo os autores estudados até então, agora alcançavam apenas de 70% a 80% do valor financiado, e também as alterações nas taxas de juros.

Neste mesmo contexto, ainda na PGPM, houve mudanças na estratégia de comercialização da produção, onde os créditos disponíveis no mercado para investimentos e comercialização, começaram a ser taxados com a mesma taxa de juros praticadas no mercado. E em 1982 os encargos financeiros para crédito rural passaram a respeitar a correção monetária com percentuais variáveis de acordo com o Tesouro Nacional. E também houve a fixação de um preço-base, iniciando no Brasil, uma preocupação com a renda mínima do produtor (Rezende, 2003).

Segundo Lucena e Souza (2001) em 1983 houve novamente uma mudança nas taxas de juros cobradas pelo o governo. Ainda com os resultados negativos e com a alta contenção de gastos públicos o governo optou por um novo aumento nos encargos financeiros do crédito rural e ainda pela eliminação de alguns subsídios concedidos indiretamente ao setor agrícola por meio das taxas de juros praticadas neste ano, o que agravava ainda mais a situação do produtor, as medidas tomadas davam sinais de inviabilização da tomada de crédito rural como fonte de financiamento da produção.

Essas intenções se concretizaram quanto se estabeleceram novas regras de indexação para os anos 1983, 1984 e a partir de 1985. Em 1983, foi introduzida uma taxa de juros de 3% ao ano, mais 85% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). Em 1984 e 1985, a taxa de juros cobrada se tornou-se positiva, pela primeira vez, desde a criação do SNCR (3% ao ano mais variação integral das ORTNs). (LUCENA E SOUZA, 2001, p.183).

Segundo Lucena e Souza (2001) a partir de 1983, não esquecendo das ações supracitadas que já haviam sido tomadas nos anos anteriores na década de 1980, se tornou explícito o quão perigoso para o setor agrícola poderia ser a utilização deste instrumento da política agrícola. Assim, foi identificado com clareza que o crédito rural deixava de ser um instrumento de alavancagem e garantia para agricultura no Brasil, e passava a ser visto mais como um instrumento de risco do que como um incentivador para os produtores rurais, o que demonstrava que a PGPM e as suas fixações de preços, mais uma vez, seria a saída para o ajuste da economia agrícola brasileira.

De acordo com os autores já citados, esse novo padrão de disponibilidade de crédito rural, como modo de financiamento da produção agrícola, se deu por meio da substituição do volume de crédito rural disponível, pela fixação dos preços agrícolas no mercado interno. As medidas de subsídio anteriormente tomadas foram substituídas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e esta passou a contribuir como principal responsável pela alavancagem da agricultura na década de 1980.

Foram realizadas mudanças, como correção do preço-base (preço mínimo), a criação dos preços de intervenção, o estabelecimento da plurianualidade e ações de incentivo para a expansão e desenvolvimento das áreas agrícolas entendidas como de fronteiras (Gasquez e Verde, 1990).

O Governo Federal, com essas medidas supracitadas, teve como intuito, compensar o setor agrícola a redução dos subsídios ao crédito rural e a aquisição de maquinários e equipamentos, por meio do fortalecimento dos preços agrícolas vigorados no mercado interno e externo.

Através da garantia de um preço mínimo para o produto na comercialização, pretende-se proteger o setor agrícola contra oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra. Dessa forma, procura-se assegurar um nível mínimo de renda ao produtor rural, mantendo-o integrado ao sistema como um todo. (LUCENA E SOUZA, 2001, p.59).

Segundo Rezende (1988) a PGPM quando adotou um preço mínimo para os produtos agrícolas na época da comercialização pretendia equilibrar a oferta e a demanda desses produtos no mercado interno e externo, e esta medida tinha como objetivo garantir uma renda anual mínima para o produtor rural, assegurando também a continuação das quantidades mínimas produzidas de cada produto dentro

do país. A PGPM foi a grande responsável pelo aumento das quantidades de grãos produzidos no Brasil.

Segundo Lucena e Souza (2001) para viabilizar a utilização do crédito rural, mesmo que em menor número, o Governo Federal criou dois instrumentos que atuavam juntos com a PGPM e estes se tornaram um importante complemento a política em vigor. Estes instrumentos são chamados de AGF (Aquisição do Governo Federal) e o EGF (Empréstimo do Governo Federal), que atuam na tomada de crédito e na comercialização.

Segundo Lucena e Souza (2001) o EGF tinha o intuito de gerar liquidez ao setor agrícola, principalmente para o transporte e estocagem de produtos, consistia em um crédito para a utilização na comercialização dos produtos, este tinha validade de um ano-safra (plurianualidade), dando maior poder de barganha ao produtor no momento da comercialização. Era por meio do EGF que o Governo viabilizava o financiamento do transporte da produção.

Segundo Lucena e Souza (2001) era por meio deste instrumento que o governo tentava solucionar o problema do transporte da produção enfrentado no país, pois assim financiavam a estocagem a curto prazo, o que conseqüentemente reduzia as oscilações no preço, além de fornecer ao agricultor um maior poder de negociação do produto no momento da colheita.

O EGF funcionava em duas modalidades: o EGF-COV (que dava ao produtor a opção da venda da produção para o Governo, com base nos preços mínimos (fixados antes do plantio) e o EGF-SOV (sem a opção de venda ao Governo).

O EGF, segundo Lucena e Souza (2001), foi um instrumento criado para financiar a estocagem de produtos, com base no preço mínimo, e por meio da modalidade "Sem opção de Venda", que não permite a transferência do mesmo a Conab, proporcionando assim recursos financeiros aos beneficiários de modo a permitir o armazenamento e a conservação de tais produtos para a venda futura, em melhores condições de mercado.

Segundo Lucena e Souza (2001) o AGF era o instrumento que estipulava um preço mínimo para cada tipo de produto do setor agrícola, assim, com essa medida o governo garantia a estabilidade nos preços dos produtos principais para o abastecimento da população. Com o AGF, todo o excedente da produção era vendido para o Governo, com base no preço mínimo, que era estipulado antes do plantio, garantindo ao agricultor uma renda mínima anual.

Ainda segundo os autores acima o AGF consistia na aquisição pelo Governo Federal de produtos agrícolas de propriedade dos agricultores familiares, produtores rurais e suas cooperativas regularizadas, esta aquisição era feita através do preço mínimo estipulado pela PGPM antes do plantio.

Este instrumento dava a possibilidade de geração de estoques nos anos de aumento da oferta para comercializar nos anos de escassez da produção, também eram praticados em duas formas: O AGF Direta e a AGF Indireta (após a realização do EGF-COV).

Esses instrumentos utilizados para viabilização da PGPM acabaram por futuramente gerar estoques públicos internos, pois a produção era maior do que o consumo interno e este tipo de transação não dava a possibilidade de exportação da produção excedente (Rezende, 2003).

Segundo Gasques e Verde (1990) estas alterações fizeram parte da estratégia governamental de compensar a redução dos subsídios ao crédito rural, utilizando como fonte principal o fortalecimento da PGPM. Porém o mercado agrícola sofreu uma guinada na segunda metade da década de 1980, apresentando os preços agrícolas em declínio constante e o início de uma crise de escassez de alimentos que eclodiria em 1990.

A queda dos preços agrícolas marcou o comportamento dos mercados na década em apreço, problema esse que oraticamente atingiu todos os produtos, tanto da agricultura como da pecuária. Isto levou a uma redução de aproximadamente, 28% do valor real da produção dos pricipais produtos agrícolas, com os aumentos de produção sendo mais do que neutralizados pelas quedas de preços. (GASQUES E VERDE, 1990, p.14)

Segundo Lucena e Souza (2001) com a queda dos preços agrícola em 1985, onde os preços mínimos fixados eram maiores do que os preços praticados no mercado, e com a alta inflação, o Governo Federal lançou em 1986 o Plano Cruzado I, que tinha finalidade estabilizar a economia interna que sofria com grandes oscilações da inflação.

De acordo com o autor acima citado, com o Plano Cruzado I foi congelado os preços e os salários por um ano e acabou com a correção monetária, porém estas medidas acarretaram uma retração da oferta de alimentos, devido ao congelamento dos preços, e como a demanda continuou constante, acabou provocando um desabastecimento interno neste período.

Devido ao desajuste gerado com o Plano Cruzado I, ainda no mesmo ano, em Novembro de 1986, o Governo lança o Plano Cruzado II, que descongelou os preços fixados no início do ano e elevou as taxas de juros para a tomada de crédito rural. Estas medidas causaram um quadro de desajuste ainda maior na economia do Brasil. O descongelamento dos preços foi responsável pelo aumento da inflação para 415% ao ano. Esta alta na inflação provocou um aumento excessivo nas taxas de juros, o que impossibilitou ao setor rural arcar com as dívidas contraídas no ano anterior (Lucena e Souza, 2001).

Após pouco tempo já era possível verificar que o Plano Cruzado I e Plano Cruzado II foram tentativas fracassadas de controlar a inflação, que já atingia todos os setores da economia, e principalmente o setor agrícola, pois esta alta inflação acarretava problemas no abastecimento interno. Ambos os planos trouxeram prejuízos para a PGPM, pois o congelamento dos preços derrubou os preços mínimos implantados pela política.

Com os fracassos dos planos acima citados o Governo instaurou o Plano Bresser em 1987, que para o setor agrícola era visto como uma esperança, pois este necessitava de medidas de urgência para resolver os entraves gerados com os dois planos anteriores.

O Plano Bresser tinha como medida principal também o congelamento dos preços, uma nova forma de indexação do crédito rural e algumas medidas que buscavam uma saída para o problema fiscal, pois as taxas, da década de 1980 até então só haviam aumentado. Este plano teve curta duração, durando apenas três meses, quando as taxas de inflação voltaram a subir descontroladamente, o que descartou o Plano Bresser como uma boa solução para a economia interna (Lucena e Souza, 2001).

O fracasso do Plano Bresser, para o setor agrícola se fez vantajoso, pois gerou uma reformulação na PGPM, sendo esta, a partir do final da década de 1980, a principal responsável pela administração dos preços mínimos e do controle fiscal das taxas que recaíam sobre este setor (Lucena e Souza, 2001).

Embora para a economia como um todo, o fracasso do Plano Bresser se fez sentir de forma mais presente, pois o aumento da inflação foi, de certa forma, acelerado, chegando a níveis alarmantes, e os preços de bens essenciais para o abastecimento interno chegavam ao consumidor final com valores absurdamente

altos. Nesta época a inflação subiu de 415,8% para 1.037,6% (Lucena e Souza, 2001).

Mais uma vez, para tentar controlar o aumento da inflação, que crescia desordenadamente, o Governo instituiu o Plano Verão, em 1989, que também adotava o congelamento dos preços. Tinha como medidas uma correção das taxas de financiamentos agrícolas extremamente altas, acarretando grandes prejuízos para os produtores rurais. Este plano não conseguiu segurar a inflação nem durante a sua implantação, elevando a taxa inflação para 1.782% ao ano (Lucena e Souza, 2001).

Dentre todos os planos de estabilização até então implantados, este foi considerado o pior deles, pois não conseguiu sucesso nem momentâneo como os demais, já fracassando desde a implantação, pois percebe-se, que em todo estes planos de estabilização a inflação subiu desordenadamente. Neste cenário de desestabilização econômica se encerra a década de 1980 .

Segundo Lucena e Souza (2001) em um contexto geral a década de 1980 apesar de inserida em um ambiente macroeconômico desfavorável, a agricultura brasileira apresentou crescimento, devido ao Governo Federal ter tratado o setor agrícola como prioridade para o desenvolvimento econômico do país, e contando com o cenário da crise do início dá década, ficou clara a importância da PGPM no ajustamento macroeconômico da economia nacional.

Entre 1980 e 1989, a produção agrícola expandiu-se 3,6% ao ano, o que corresponde a um crescimento anual per capita de 1,5%. A produção dos produtos domésticos (arroz, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate) cresceu 2,1% ao ano, mantendo-se constante a produção per capita. A produção das lavouras de exportação (algodão, amendoim, cacau, café, fumo, laranja, mamona, soja e cana-de-açúcar) expandiu-se 4,5% ao ano, ou cerca de 2,5% per capita ao ano. O rápido crescimento da produção canavieira deveu-se, certamente, a influência positiva do Programa Pró-Álcool (Próalcool). (MELLO, 1990, p.23)

Segundo Lucena e Souza (2001) esse aumento que também se estendeu para as quantidades produzidas anualmente é fruto de maciços investimentos em tecnologias (disponibilidade de crédito para modernização do maquinário agrícola), infra-estrutura (transporte e armazenamento da produção) e em pesquisas e desenvolvimento na área das ciências agrárias.

A década de 1980 foi marcada por planos financeiros que tinham por objetivo a estabilização da inflação da época, que apresentava constantes oscilações, com

significativos e abusivos aumentos nos preços alimentícios, o que muito dificultava o acesso da população a alimentos básicos de uma dieta alimentar.

Os planos de estabilização e os aumentos abusivos da inflação colocou em risco a efetividade da PGPM, pois os preços mínimos praticados eram fixados antes do plantio já com uma previsão da inflação embutido, o que não correspondia a realidade na época da comercialização.

A PGPM foi o instrumento mais importante para o ajuste da economia rural do Brasil na década de 1980, com suas medidas facilitando, em menor número, o crédito rural e fixando preços mínimos para melhorar a comercialização do produtos, garantindo uma renda mínima ao produtor. E neste contexto, acima citado, que se encerra a década de 1980, com a economia nacional desestabilizada e uma forte atuação da PGPM.

### **2.1.2 DÉCADA DE 1990**

A crise financeira enfrentada pelo país no final na década de 1980 também se estendeu na década de 1990, pois o governo federal já não tinha mais condições financeiras de arcar com as despesas das políticas de crédito rural e a PGPM vigoradas até o momento. A economia nacional enfrentava um descontrole exacerbado, o governo não mais conseguia controlar a inflação que até então só aumentava, neste cenário de desajuste econômico é que se inicia a década de 1990.

A década de 1990 já se inicia com a taxa de inflação ultrapassando 80% ao mês e com uma promessa de esperança para economia, pois o presidente recém ordenado, Fernando Collor de Mello (1990-1992), já inicia o seu mandato prometendo a população colocar como principal medida do seu governo o combate a inflação (Coelho, 1994).

A PGPM vigente na década de 1990, enfrentou vários problemas, como a formação excessiva de estoques públicos, a alta da inflação, as mudanças ocorridas nos planos safras para melhor atender o setor agrícola, a entrada do Plano Real, a estabilização da economia, dentre outros, percebe-se, então que é nesta época que ocorreram mudanças substanciais tanto na PGPM como no economia como um todo no país.

Desde o final de década de 1980 a Política Agrícola enfrentava uma reformulação (crédito agrícola e preços mínimos), que só foi regulamentada em 1991. Para tal regulamentação foi criada, em 17.01.1991, a Lei da Política Agrícola (Lei 8.171), segundo Teixeira (2002), esta lei tem como foco a regulamentação da questão econômica da agricultura, dando ênfase em questões como produtividade, incremento a produção, regularidade do abastecimento interno, dentre outros.

Ainda segundo Teixeira (2002) esta lei foi fundamental para a regulamentação da economia agrícola, pois a sua criação exigiu do governo uma descentralização dos serviços prestados de apoio a agricultura brasileira, de modo que ao mesmo tempo exigia uma centralização na formulação de políticas públicas para esse setor, pretendendo abranger, assim, uma gama maior de imperfeições dentro da política agrícola, com um planejamento mais detalhado das ações e instrumentos a serem implementados, como os recursos para tal, etc.

Segundo Lucena e Souza (2001) cumprindo a promessa realizada no início do mandato, o governo Collor (1990-1992) lançou ainda em 1990 o Plano Collor I. No setor agrícola este plano consistiu em, basicamente, um plano de estabilização para economia agrícola a época da safra, o que tinha como objetivo acabar com as oscilações de preços entre a data de plantio e a data de comercialização. O plano também continha medidas como a correção dos preços mínimos e dos custos de financiamento em relação a inflação, e ainda realizou o confisco de todos os ativos financeiros, retendo todos os depósitos em contas correntes e cadernetas de poupanças dos produtores rurais, retendo, grande parte de seus investimentos, gerando, assim, desde o início do governo uma insatisfação geral em relação ao novo governo.

O Plano Collor I tinha conseguido que as taxas de inflação apresentassem uma pequena redução, caindo de 1.782,9% para 1.476,7%, não se mostrou um plano bem sucedido, pois as medidas de estabilização voltadas para a época da comercialização acarretou uma menor liquidez ao mercado agrícola, inibindo a comercialização na época da safra, resultando depois em uma comercialização que acarretava prejuízos para os produtores rurais (Lucena e Souza, 2001).

Este plano produziu um grande efeito redutor ao setor agrícola no início da década de 1990, pois a produção interna foi 18,5% menor do que no ano anterior. Este fato também contribuiu para insatisfação dos produtores rurais do país, pois este plano, além de reter os investimentos em poupança dos produtores, como

acima citado, acarretou drásticos prejuízos no momento da comercialização (Lucena e Souza, 2001).

Seguindo o raciocínio dos autores acima, além dessas medidas do Plano Collor I, o governo ainda permitiu a liberação da importação de alguns produtos agrícolas, que culminou com uma redução ainda maior dos preços dos produtos agrícolas vigorados internamente, dando os primeiros sinais de uma crise de abastecimento, que viria a eclodir em 1991.

Após o fracasso do Plano Collor I, o governo, no início de 1991, lança o Plano Collor II que, seguindo o modelo utilizado na década de 1980, também congelou os preços e os salários e instituiu a Taxa Referencial de Juros (TR). Passando a cobrar dos produtores uma taxa de juros de 9% ao ano somado a TR, dificultando assim a tomada de crédito para o financiamento da produção. Essas medidas reduziram drasticamente o volume de produção na safra de 1991 (Lucena e Souza, 2001).

Com o fracasso do Plano Collor I e do Plano Collor II, o Brasil enfrenta uma grande crise de escassez de alimentos no final de 1991, que era resultante dos grandes prejuízos na safra de 1990 e 1991, o que fez com que o governo migrasse para as antigas formas de lidar com o setor agrícola, com medo de uma nova alta nos preços de alimentos sobre a inflação, foi reativado a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM) e expandiu a disponibilidade de crédito rural para a próxima safra 1991-1992 (Rezende, 2003)

Percebe-se que, mais efetivamente, desde o início da década de 1990 em diante as mudanças no setor agrícola, eram realizadas através dos planos voltados especificamente para o setor, que vigoravam durante uma safra, ou seja, que melhor se adequavam a economia vigente no curto prazo de uma ano, estes eram chamados comumente de Plano Safra.

O plano safra vigente em 1991-1992 trouxe medidas no âmbito da PGPM, como a reunificação dos preços mínimos, que nos últimos anos estavam sendo estipulados de forma regionalizada, e ao mesmo tempo introduziram a correção desses preços mínimos reajustando-os a Taxa Referencial de Juros (TR), que também corrigia as dívidas de crédito rural, ainda seguindo as amarras tradicionais de lidar com a política agrícola, trazendo à tona as medidas provenientes da PGPM, houve novamente uma expansão na disponibilidade de crédito rural para a safra de 1992 (Rezende, 2000).

A colheita da safra de 1992 confirma a assertividade das medidas tomadas, pois houve uma colheita em níveis surpreendentes, capaz de reabastecer novamente o mercado interno, equilibrando internamente a oferta e a demanda de alimentos, após a colheita, o governo, através dos instrumentos da PGPM, se vê em um ambiente onde o apoio no momento da comercialização agrícola se fazia necessário, lançando no mercado uma nova forma de utilização dos instrumentos EGF e AGF. Onde o governo realizava a conversão automática do crédito de custeio (rural) para o EGF-COV (crédito para comercialização) (Rezende, 2003).

Confrontando com esse maior enquadramento orçamentário, o Governo buscou a saída na canalização de recuos do crédito rural de custeio para o crédito de comercialização (EGF), o que dependia apenas da decisão do Conselho Monetário Nacional. Como consequência disso, entretanto, o sistema bancário – que antes comprometia seus fundos de crédito rural apenas entre o plantio e a colheita – viu alongar-se o prazo de empréstimos do custeio original, a ponto inclusive de comprometer os recursos do crédito de custeio do ano agrícola seguinte, caso o EGF não fosse liquidado a tempo. (REZENDE, 2000, p.2).

Para que esta conversão fosse realizada de forma abrangente foi criado uma nova modalidade do EGF-COV, o EGF-Especial, que transferia ao produtor a responsabilidade com os seus estoques, podendo mantê-los de um ano para o outro, mediante a outra medida de alongamento do EGF-COV citada acima (Rezende, 2000).

Paralelamente a criação do EGF-Especial o governo cria o Prêmio de Liquidação (PL), que especificava diretrizes para liquidar a dívida de EGF através da venda do produto e da cobertura, pelo Governo Federal, da diferença entre o valor do débito e o valor da venda do produto. Ambos instrumentos tinham como principal intuito de evitar contratação da AGF-Indireta, ou seja, dos empréstimos após o EGF-COV, queriam evitar que o pagamento do EGF fosse realizado de forma tradicional, no seu vencimento. Assim, dando possibilidades a contratação do EGF-COV em larga escala (Rezende, 2000).

Em 1992 e 1993, as formas de utilização dos instrumentos da PGPM (AGF e EGF) como forma de captação de crédito rural, aliado as boas condições climáticas do país proporcionou uma superprodução, o que contribuiu para o início de uma formação de estoques públicos. Esta formação excessiva de estoques se estendeu a todas as regiões do país chegando a níveis recordes em 1995, e teve como contra

partida o crescimento da dívida agrícola dos produtores na contratação do EGF (Rezende, 2003)

O Prêmio de Liquidação (PL), citado acima, embora tenha sido criado em 1992 ele só foi regulamentado pelo governo em 1993, pode ser atribuído a este fato o alongamento dos estoques em 1992 e 1993, pois somente após a sua regulamentação foi realizado uma previsão orçamentária para ser utilizada na liquidação das dívidas do EGF.

Como com esta medida tornou-se mais difícil a liquidação dos EGF-COV contratados, e os estoques contraídos através do EGF-COV se tornaram estoques públicos, o governo para garantir a liquidez do mercado e dar sustentação ao setor agrícola, por sua vez, não colocou estes estoques acumulados ao mercado, para assim sustentar os preços e garantir uma renda mínima ao produtor rural (Rezende, 2003).

O plano safra de 1993-1994 foi marcado pela criação de um novo instrumento, o Sistema de Equivalência-Produto no crédito rural. Este sistema era extremamente benéfico para os produtores rurais, pois ao tomar empréstimo para o financiamento da produção tinha a possibilidade de saber quais os impactos que os encargos financeiros exerceriam no seu saldo devedor, conseguindo acompanhar e prever a evolução da sua dívida (Lucena e Souza, 2001).

No ato de concessão do empréstimo, calculava-se a quantidade equivalente do produto financiado, dividindo-se o valor total do financiamento, acrescido das despesas (inclusive juros), pelo preço mínimo vigente. (REZENDE, 2003, p.183)

A liquidação deste empréstimo seria realizada através da apresentação de um documento que representava a estocagem do produto da quantidade exata referente a dívida contraída, este sistema de equivalência-produto foi restrito ao custeio de poucos produtos como arroz, feijão, algodão, milho, dentre outros (Lucena e Souza, 2001).

Estas medidas tomadas na primeira metade da década de 1990 mostrou uma PGPM que viabilizava a tomada de crédito rural e que estimulava a agricultura a retomar o seu ritmo anterior de crescimento, a acumulação de estoques até o final de 1994 se fez uma tendência em quase todas as regiões do país, e era visto como fruto da impossibilidade desses estoques acumulados retornarem ao mercado para

comercialização, cobrindo todos os custos da EGF por parte do governo (Rezende, 2000)

Este acúmulo de estoque se mostrou muito difícil de ser devolvido ao mercado, o que tornou este modelo adotado para os instrumentos da PGPM, além de caro, insustentável do ponto de vista político, social e econômico, para o país (Rezende, 2003).

Segundo Rezende (2000) em 1994 foi lançado o Plano Real, que tinha como objetivo dar um choque de oferta no mercado, onde visava a estabilidade e a queda dos preços dos alimentos, que seria sem dúvida um marco na história econômica do país. Este plano de ação tentava também compensar os produtores rurais pela valorização cambial que estava ocorrendo na época, assim o governo concedia altos incentivos na área do crédito rural e dos preços mínimos, além de ter várias restrições de ordem fiscal e monetárias que eram provenientes do programa de estabilização da moeda, o que conseqüentemente, ocasionava o controle da inflação.

O Plano Real se diferenciou dos demais planos de estabilização até então implantados na economia brasileira, pois foi o único que conseguiu reduzir de forma permanente as taxas de inflação e tornar atraente o mercado financeiro do Brasil aos olhos do mercado externo (Rezende, 2003).

O Plano Safra 1994-1995, que já vigoraria junto com o Plano Real, tinha o intuito principal de alcançar a estabilidade nos preços dos alimentos vigorados no mercado interno, pois o plano real já traria a estabilidade da economia, e para alcançar este intuito o governo pretendia realizar um choque de oferta no mercado agrícola brasileiro no ano de 1995.

Aliado ao lançamento do Plano Real, com suas imposições de restrições fiscais e monetárias, em 1994 o governo liberou fortes incentivos para a PGPM e disponibilizou um grande volume de recursos para o crédito rural, mantendo ainda o sistema de equivalência-produto no crédito rural, essas medidas culminaram por alcançar, finalmente, o controle da inflação (Rezende, 2003)

Como resultado da PGPM vigente, ainda em 1994, os preços agrícolas apresentaram um caminho de queda, tendo como fonte o aumento das importações de alimentos, com a abertura da economia e da valorização cambial. Atenta-se ao fato de que estas importações entraram no país ainda com a existência de volumosos estoques públicos, o que demonstrava, com clareza, a inconsistência

entre a PGPM vigente em 1994, e com a economia aberta para o mercado externo, fazendo com que aumentasse ainda mais os níveis dos estoques públicos (Rezende, 2000).

Como consequência da queda dos preços agrícolas, os agricultores que tomaram crédito de custeio optaram em massa pelo EGF-COV, o que levou à formação recorde de estoques em 1995. [...] o governo já vinha carregando estoques volumosos de safras anteriores e, por isso, os estoques públicos em 1995 atingiram no seu pico o nível recorde de 20 milhões de toneladas,  $\frac{1}{4}$  da safra de grãos daquele ano. (REZENDE, 2000, p.7).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) pós Plano Real, ou seja, no plano safra de 1995-1996, aboliu o Sistema de Equivalência-Produto, não havia motivos para mantê-lo, pois era um instrumento eficaz em meio a um cenário de incerteza, pois como a inflação estava controlada e a economia já se encontrava estabilizada no ano de 1995, ele se mostrava como um instrumento sem utilidade para a economia atual.

As mudanças da PGPM em 1995, também contou com a desindexação do crédito rural e dos preços mínimos da TR, adotando uma taxa de juros fixos, de 16%a.a, acarretando uma significativa queda no valor real dos preços mínimos entre 1995 e 1996 (Rezende, 2003).

Embora foram tomadas muitas medidas acima citadas, a safra de 1995-1996 não fechou com bons números de lucratividade, fechando com a produtividade bem abaixo do esperado (Rezende, 2003).

Nesta altura os agricultores já estavam bastante endividados, com a péssima produtividade dos agricultores na safra de 1995-1996 e devido ao descontrole da economia e os aumentos de inflação, contudo umas das principais medidas tomadas em 1995-1996 foi o parcelamento a longo prazo das dívidas agrícolas, provenientes da tomada de crédito rural.

Para o parcelamento das dívidas agrícolas foi realizada, através de recursos do governo, uma securitização dessas dívidas, ou seja, uma divisão e um alongamento da dívida dos produtores em muitos anos, dando a opção dos produtores pagarem uma quantia em dinheiro anualmente ou entregar em produtos o equivalente ao valor do refinanciamento da dívida, podendo o pagamento da dívida chegar de 5 a 10 anos (Rezende, 2000).

Segundo Rezende (2003) em 1996 inaugura-se um novo instrumento para auxiliar a PGPM, o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), através deste instrumento o governo arca com a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, para quem comprar o produto de um produtor agrícola no valor do preço mínimo.

Para efetivar a utilização deste instrumento o comprador deveria comprovar a compra, somente após a comprovação ele receberia o valor referente a diferença acima citada, esta operação era realizada somente via leilão público. Este PEP também foi liberado apenas para um pequeno grupo de produtos, embora tenha sido utilizado principalmente na produção do algodão (Rezende, 2000).

Segundo Bacha e Filho (2004) o PEP consistia em uma forma de subsídio, que tinha como principal objetivo, o escoamento do excesso da produção de uma região para outra que apresentava grande demanda por determinado produto ou escassez da oferta pelo mesmo produto, e para esta forma de "prêmio" o governo pagava a diferença entre o preço mínimo estipulado para o produto e o preço que vigorava no mercado.

No Plano Safra de 1996/1997 foi abolido o instrumento do EGF-COV, e instituído, em seu lugar, também como um instrumento da PGPM, o Contrato de Opção de Vendas (COVPA), que tinha como objetivo principal garantir os preços que não estivessem associado a um dispêndio de recurso imediato por parte do governo, como acontecia com os instrumentos anteriores de EGF e AGF, que o governo tinha que arcar com a armazenagem do produto já que este passava para a propriedade do governo.

O Contrato de Opção de Vendas (COVPA), era basicamente, quando se tratava de um produto protegido pela PGPM, o governo oferecia a opção de venda da produção para o governo em uma data futura a um determinado preço, estipulado anteriormente. Esta opção se fazia rentável quando o preço estipulado para a compra futura do produto pelo governo era mais atrativo do que o preço corrente no mercado, tanto para o governo, que melhor previa as oscilações do mercado, quanto para o produtor que garantia a sua renda. Os contratos deste novo instrumento somente eram vendidos também através de leilão público realizado pela Conab (Rezende, 2003).

Segundo Bacha e Filho (2004) os Contratos de Opção de Venda de Produtos Agrícolas (COVPA) pode ser visto como se fosse um seguro para os preços que era

adquirido pelo produtor rural, onde a Conab se comprometia com a compra de determinada quantidade de algum produto específico a um preço previamente estabelecido, seguindo as regras citadas acima.

Na época do vencimento do contrato, se o preço de mercado estiver acima do preço firmado no COVPA, o produtor poderá não exercer essa opção e vender seu produto ao mercado. Caso o preço de mercado esteja abaixo do preço de exercício, o produtor poderá exercer sua opção (vender seu produto ao governo). Este, no entanto, pode optar por comprar o produto ou pagar a diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício ao detentor do título (detentor do COVPA). (FILHO E BACHA, 2004, p.55).

Os dois instrumentos abordados acima, o Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e o Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas (COVPA) tinham como objetivo principal a redução dos gastos públicos com a manutenção dos estoques ainda de propriedade do governo (Filho e Bacha, 2004)

Diante da dificuldade de se operacionalizar a PGPM o governo implantou esses dois instrumentos com a finalidade de conferir a PGPM uma maior flexibilidade no momento da operacionalização, devido ao seu constante enquadramento a restrição orçamentária que vinha ocorrendo no país na segunda metade da década de 1990 (Filho e Bacha, 2004)

Aliado as medidas tomadas acima, ao mal desempenho das safras de 1995-1996 e a alta dos preços agrícolas no mercado internacional, o que aumentou especificamente os preços das commodities, o governo realizou uma reforma na PGPM, pois o governo ainda se encontrava com os armazéns lotados de produtos, pois vinha mantendo a armazenagem dos excedentes dos estoques da safra de 1994-1995 e também, em menor quantidade, das safras anteriores.

As medidas que foram tomadas na PGPM, desde o início da década de 1990 até 1996, acarretaram ao governo a posse de estoques absurdos, que com a quebra da safra de 1995-1996, o governo, enxergando as condições favoráveis que o mercado oferecia, introduziu novamente no mercado o produto que estava em estocagem, isso sem prejudicar o preço dos produtos no mercado, conseguindo comercializar quase todo o seu material estocado com rentabilidade e estabilidade nos preços agrícolas, equilibrando, assim, a oferta e a demanda desses produtos dentro do país (Rezende, 2000).

Com a economia estabilizada e o controle da inflação, o EGF passou a utilizada cada vez em menores quantidades, desde o ano de 1996, chegando em

1999 com valores irrisórios utilizados pelos produtores agrícolas, o que demonstrava a acertividade da PGPM adotada na década de 1990 (Filho e Bacha, 2004).

De 1997 em diante todos estes instrumentos, até então em vigor, o EGF, a AGF, o PEP e a COVPA eram utilizados apenas com a finalidade de garantir um bom preço aos produtos agrícolas, dando assim maior liquidez e maior atratividade ao mercado agrícola brasileiro.

Nota-se que a partir da safra de 1995-1996 a PGPM perde um pouco sua importância para a economia agrícola, para a sustentação dos preços agrícolas, deste ano em diante os preços mínimos perdem o valor diante da economia estabilizada, pois os preços agrícolas que agora vigoravam no país eram maiores e mais rentáveis que os preços mínimos (Rezende, 2003)

Essa perda de valor dos preços mínimos na economia se dá devido ao fato que da safra 1995-1996 em diante, os preços mínimos passaram a ser indexados a dívida agrícola que foi securitizada ao final de 1995, pois os preços mínimos eram fixados visando um renda mínima ao agricultor e dentro desse montante da renda mínima estava incluído o pagamento da parcela anual da dívida, o que fez com que os produtores agrícolas, satisfeitos com as medidas do governo, pressionavam o governo para não realizar o reajuste dos preços mínimos, o que acabou sendo rentável tanto para o governo quanto para os produtores rurais (Rezende, 2003).

Na década de 1990, percebe-se que não houve uma preocupação com crises de oferta e demanda agrícolas, a preocupação era apenas em estabilizar a economia e controlar a inflação, porém com as medidas tomadas, relacionadas a economia como um todo, fez com que esse tipo de crise deixasse de existir, os motivos podem ser atribuídos a inflação baixa que facilitava a tomada de crédito rural, pois as taxas de juros caíram junto com a inflação, a desindexação da economia no geral, o que deixou de relacionar a alta da inflação com a alta dos preços dos alimentos, e por último ao relaxamento a restrição cambial, dando maior liberdade ao produtor na hora da comercialização, podendo este agora até utilizar do mercado futuro (Rezende, 2003).

Essa maior consistência entre a política de preços mínimos e a abertura da economia é, aliás, uma característica básica e a principal virtude dos novos instrumentos da PGPM. Com eles, torna-se possível estimular um setor da produção agrícola sem que isso implique uma formação irracional de estoques, com todas as suas consequências indesejadas. (REZENDE, 2003, p.198).

Os preços mínimos voltaram a ser atrativos ao mercado somente no plano safra 2002-2003, depois que entrou em vigor uma nova legislação que desindexava os preços mínimos da dívida agrícola, porém nesta safra houve apenas um reajuste de seus valores, embora que para o governo estes preços mínimos reajustados tenha trabalhado de forma independente aos preços que vigoravam no mercado, os “preços de exercício”, o que o tornou, mais uma vez, irrelevante para a economia vigente (Rezende, 2003).

Contrastando a PGPM utilizada da década de 1980 e utilizada na década de 1990, verifica-se que na década de 1980, a economia fechada que vigorou nesses anos tornava a estipulação do preço-base muito mais dependente dos produtos que estavam com estocagem pública, para dar maior possibilidades de sustentar o preço de mercado, visando a estabilização da economia em desajuste, já na década de 1990 isso deixou de acontecer, pois com uma economia mais estabilizada, o crescimento da agricultura se deu de forma mais natural, devido a abertura da economia, pois só havia importações quando os estoques públicos estivessem insuficientes.

Em um contexto geral a PGPM se tornou uma política consistente com o novo cenário econômico, aliando-se com a vigência de uma economia aberta, o que fez que embora tenha se tornado uma política inutilizada pelo governo em alguns anos, ainda é uma política que pode ser acionada a qualquer momento, e agora após as experiências e aprendizados das décadas de 1980 e 1990, e isso sem implicar formação de estoques públicos, acarretando custos ao governo.

Como resultados das medidas adotadas na década de 1990, nos dias atuais verifica-se uma agricultura voltada para o mercado competitivo, de tecnologias agrícolas e emprego de mão-de-obra mais qualificada no campo, aumentando em muito as quantidades produzidas dentro do país, dando a capacidade a esses produtores de abastecer tanto o mercado interno como o externo.

## PARTE III

### 3.1 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, que segundo Martins (2004) é um tipo de pesquisa que tem como fundamento analisar os microprocessos existentes em determinado assunto, analisa aspectos sociais, econômicos, analisando as ações individuais do cidadão ou as ações realizadas em grupos, inseridos dentro da sociedade no geral. Ainda segundo Martins (2004) este tipo de abordagem de pesquisa é relevante também pela sua maior flexibilidade no momento da análise dos dados coletados.

Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. (MARTINS, 2004, p. 292).

Já de acordo como Silva e Menezes (2001) é um tipo de pesquisa que não pode ser traduzida em números, que depende da interrelação entre o mundo real e o sujeito, levantando dados e analisando aspectos entre o mundo objetivo e a subjetividade de um determinado sujeito.

Esta pesquisa evidencia a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados as análises realizadas, para chegar a alguma conclusão não requer de técnicas estatísticas e matemáticas. O processo e o significado atribuído aos resultados são os elementos principais deste tipo de abordagem em pesquisa (Silva e Menezes, 2001).

Segundo Gil (2002), de acordo com seus objetivos este trabalho monográfico pode ser classificada como um pesquisa descritiva, que busca como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, analisando e estabelecendo relações entre todas as variáveis encontradas.

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 52).

As pesquisas descritivas tem como finalidade observar, registrar, classificar, analisar e interpretar os dados coletados, sem que o pesquisador interfira sobre qualquer variável analisada, visualizando por outro ângulo, são pesquisas onde os fenômenos físicos e humanos são estudados, analisados e interpretados. Porém os dados coletados não são tratados pelo pesquisador, o pesquisador apenas apresenta os fatos como eles são, não possuem a autonomia para manipulá-los (Prodanov e Freitas, 2013).

Para a classificação da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos utilizados, segundo a maneira pela qual obteve-se os dados necessários para a elaboração da pesquisa, o presente trabalho se apresenta como uma revisão bibliográfica.

Segundo Gil (2002), é uma pesquisa elaborada por meio da revisão de material já publicado, onde se buscam os dados a partir de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado via internet, e para o nossa temática, também se utilizou de pesquisa na legislação referente ao tema.

Assim, para a confecção deste estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, jornais, artigos, dissertações, teses, mídia eletrônica, Decretos e resoluções bem como outros documentos necessários à obtenção de dados para concretizar o presente estudo.

Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 54).

Para a realização desta pesquisa também foi realizada uma bibliometria compreendendo uma análise no período entre 2002-2012. Segundo Araújo e Alvarenga (2011), a bibliometria tem o papel relevante de apontar, por meio de seus indicadores, o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento. Esta técnica é utilizada para mensurar, caracterizar e avaliar a produção científica, mais especificamente, ela avalia a atividade da comunidade intelectual.

A bibliometria, pode ser vista como um estudo baseado em normas estatísticas, onde utiliza de indicadores quantitativos para estudar determinada ciência, esse método quantitativo pode ser aplicado, com assertividade, para analisar a produção científica de determinada temática, esta técnica está em

utilização desde o início do século XX, e atualmente é utilizada em larga escala, (Araújo e Alvarenga, 2011).

A bibliometria estuda a organização dos setores científicos e tecnológicos a partir das fontes bibliográficas e patentes, para identificar os atores, suas relações e suas tendências. (SPINAK *apud* VANTI, 2002, p. 154).

Segundo Araújo (2006), esta técnica se caracteriza por ser um estudo sistemático e estatístico de toda a produção e comunicação científica em determinado período, no caso deste trabalho, para a confecção desta bibliometria foi analisado toda a produção científica realizada no Brasil, no portal CAPES, no período que compreende entre 2002 e 2012.

Para a pesquisa no portal da CAPES foi utilizado os seguintes descritores: Política Agrícola e Preços (61 artigos), Política de Preços Mínimos e Preços (52 artigos), e Política Agricultura e Preços, estas trouxeram um grande número de resultados, de forma muito generalizada, o qual potencializava a margem de erro da presente análise, por isso foram desconsiderados como bibliografia de relevância. Atentou-se também ao fato de alguns artigos apresentarem nos dois mecanismos de busca, estes artigos repetidos foram retirados da pesquisa, por isso o total da artigos analisados foi de 104 artigos .

Somente foi utilizado para esta pesquisa bibliométrica os periódicos revisados por pares.

Para o aporte de material bibliográfico para a confecção deste trabalho também foi utilizado como fonte de pesquisa, as publicações do portal de periódicos da Scielo, do Google Acadêmico e da Anpad, porém, em todas estas frentes não foram encontrados artigos relacionado ao tema tratado nesta pesquisa, o que tornou o portal da CAPES o nossa única fonte de material bibliográfico.

Com a utilização dos métodos citados acima esta pesquisa vislumbra ser geradora de novas interrogações no campo da Política de Garantia de Preços Mínimos no Brasil.

## **3.2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **3.2.1 COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

De acordo com Bastos, Gasques e Verde (2010) no início da aplicação das políticas públicas voltadas para a agricultura e para o abastecimento interno as alocações de recursos não eram realizadas de forma organizada como hoje acontece dentro das esferas de governo. Por meio da análise dos balanços gerais da União, observa-se que o orçamento público sofreu várias modificações na tentativa de melhorar sua aplicação, e foi somente na década de 1930 que o Governo mostra uma preocupação maior em alocar seus recursos para finalidades mais bem organizadas e definidas. Este período coincide com o início das políticas públicas voltadas ao abastecimento e ao desenvolvimento agrícola.

A Política Agrícola e a PGPM, a partir da década de 1960, com a criação do Sistema Nacional de Crédito (SNC) passou a disponibilizar grande parte dos seus recursos para a disponibilização de crédito rural e para a maior facilidade na tomada deste instrumento como financiamento da produção agrícola. Isto devido ao crédito rural estar intimamente relacionado ao desenvolvimento rural. Percebe-se que esta característica do governo se estende até a primeira metade da década de 1980, quando o governo implementava medidas, por meio da PGPM, altamente intervencionista com o intuito básico de garantir a segurança alimentar a população brasileira, (Leite, 2001).

Com o advento da eclosão da crise da dívida pública após 1984, ocorre no período compreendido entre 1985 até 1996 a exposição da PGPM a uma forte redução de recursos e uma diminuição plausível da participação do Governo para no financiamento da produção agrícola, proveniente dos cortes com gastos públicos realizados pelo Governo Federal na tentativa de abrandar a dívida contraída, (Leite, 2001).

A intervenção governamental mediante empréstimos para comercialização e armazenamento sobrepõe-se às aquisições do Governo Federal. Desde dezembro de 1993, por meio do EGF-Especial, o governo tem diminuído sua inserção na aquisição dos produtos, incentivando a prática de leilões, para contratos vencidos e não liquidados (Prêmio de Liquidação) e, muito recentemente (pós-safra 1994/95), para contratos ainda vigentes (Prêmio de Equalização). (LEITE, 2001, p.5).

O Governo Federal gastava em média, no governo Sarney (1985 – 1989) em média, R\$ 19.549 bilhões com a Política Agrícola no país, sendo que deste valor o maioria era alocado para a expansão de crédito rural já em decadência neste período, devido a dívida pública, como citado anteriormente (Chaddad, et al, 2006).

Do governo de Sarney em diante este número só apresentou reduções, pois no primeiro e no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso também se verifica esta queda no volume alocado para a Política Agrícola (PGPM), pois no primeiro governo houve uma aplicação de R\$ 15.273 bilhões reais e no segundo governo R\$ 8.711 bilhões. Assim verifica-se uma queda gradativa ao longo do período de implementação da PGPM com maior afinco até posteriormente sua perda de efetividade para a economia brasileira (Chaddad, et al, 2006).

Esta queda se mostrou de forma tão acentuada, pois no Governo Lula, no ano de 2005, o Governo Federal alocou apenas R\$ 5.843 bilhões na Política Agrícola. Um redução de aproximadamente 75% do valor utilizado em no final da década de 1980 (Chaddad, et al, 2006).

Como os preços mínimos se firmaram abaixo dos preços de mercado vigente na economia no final da década de 1990, conferindo alta rentabilidade aos produtores rurais, o governo investiu gradativamente um valor menor no desenvolvimento agrícola do país, que acontecia, devido as condições de mercado e da abertura da economia, de forma mais natural.

Atualmente esta redução dos recursos utilizados pela PGPM ao longo dos últimos vinte e cinco anos fez com que o governo alocasse esses recursos para outras frentes ainda dentro do rol Política Agrícola, pois os recursos anteriormente disponibilizados passaram hoje a fomentar a agricultura familiar e a reforma agrária, em substituição a agricultura comercial.

Esta modificação da prioridade das ações da PGPM visam garantir, a inclusão social deste agricultor e a evitar desregulamentações no mercado agrícola interno, isso em substituição a garantia da segurança alimentar ocorrida anteriormente, pois, esta, não esta mais ameaçada com crises do abastecimento como no passado (Chaddad, et al, 2006).

Esta mudança de prioridade dentro da Política Agrícola está intimamente ligada as políticas assistencialistas implantadas no governo de Luís Inácio Lula da

Silva, tais como os programas de bolsa-família e os benefícios tradicionais de aposentadoria rural.

### **3.2.2 RESULTADOS REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Após a realização do levantamento de uma quantidade significativa de material já publicado, nas décadas em que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) teve uma atuação de grande importância, nas décadas de 1980 e 1990, o presente trabalho mostra por meio dos autores estudados que a PGPM teve o seu grande ápice na década de 1980 e 1990 quando foi extremamente importante para estabilização da economia do país.

Quando as suas medidas, nas década de 1980, fizeram com que fosse aumentado a disponibilidade, embora em menor número, do crédito rural, dos investimentos no transporte e armazenamento da produção. Foi uma década que se caracterizou pela implementação de vários planos financeiros com o intuito de estabilizar a economia e controlar a inflação, porém nenhum deles apresentou efetividade, o que culminou com um aumento dos produtos agrícolas internamente, dificultando o abastecimento interno.

Seguindo a linha de raciocínio da pesquisa bibliográfica verifica-se que embora a economia nacional, no final da década de 1980 demonstrava sinais de desajuste, a PGPM foi o instrumento responsável pela retomada da estabilidade econômica do país.

O estudo da bibliografia na década de 1990 demonstra, que embora o país ainda se encontrava com uma economia desordenada, o Governo Federal, novamente por meio da implementação do Plano Real e das medidas da PGPM, consegue finalmente o tão esperado controle inflacionário e a estabilidade econômica, sem comprometer o abastecimento interno e os preços agrícola que vigoravam no mercado.

Naquela década, paralelamente aos ajustes econômicos no mercado interno, o Governo Federal também promovia uma abertura na economia de forma gradual, que devido à economia estabilizada do país, esta abertura fez com que os preços agrícolas praticados no mercado ficassem acima dos preços mínimos estabelecidos pelo governo, trazendo rentabilidade ao setor agrícola e mantendo o mercado interno abastecido.

O que culminou com a perda da efetividade da PGPM, pois a economia estabilizada, naturalmente, já garantia a economia brasileira os princípios básicos da política.

A pesquisa bibliométrica ajuda a fundamentar este resultado, pois demonstra que a produção científica referente a este tema sofreu uma redução drasticamente, parecendo bastante reduzida ao fonal da pesquisa, pois com a PGPM a cada dia perdendo sua utilidade junto a economia, cai também o interesse dos pesquisadores para pesquisas direcionadas ao tema abordado neste trabalho.

Lembrando que para essa classificação utilizou-se apenas o porta de periódicos da CAPES, pois não foram encontrados trabalhos relacionados com o tema nos portais Scielo, Google Acadêmico, Anpad.

### **3.2.2.1 BIBLIOMETRIA**

Para uma melhor obtenção dos resultados desta pesquisa foi realizado uma análise bibliométrica da produção bibliográfica referente ao tema, no período compreendido entre 2002 até 2012, como citado anteriormente.

Esta bibliometria teve como fonte os periódicos publicados na po Portal da CAPES e utilizados somente os artigos revisados por pares. Para as buscas foram utilizadas as seguintes palavras: Política Agrícola e Preços (61 artigos), Política de Preços Mínimos e Preços (52 artigos), e Política Agricultura e Preços, esta última foi desconsiderada como fonte relevante para a pesquisa devido a apresentar resultados de uma forma muito generalizada, aumentando a margem de errosdos resultados apresentados.

Atentou-se também ao fato de alguns artigos estarem presentes nos dois mecanismos de busca, estes artigos repetidos foram retirados da pesquisa, por isso o total de artigos analisados foi de 104 artigos.

O material bibliográfico utilizado para a realização desta bibliometria foi buscado também, além do portal da CAPES, nas publicações do portal de periódicos da Scielo, do Google Acadêmico e da Anpad, porém, em todas estas frentes não foram encontrados artigos relacionados ao tema desta pesquisa, o que tornou o portal da CAPES o nossa única fonte de material bibliográfico.

Foi utilizada como critério de relevância para a confecção do presente estudo, uma análise do conteúdo de todos os materiais publicados, analisando, de acordo

com o tema que eles apresentam, se estes possuem alguma relação direta com a área estudada. Foram analisados todos os artigos encontrados por meio da busca especificada anteriormente.

Sendo assim, estão listados abaixo todo o material bibliográfico encontrado de acordo com os critérios acima estabelecido (Tabela 1) e analisados se estes estão diretamente relacionados com o tema abordado neste trabalho.

Tabela 1 – Artigos levantados de acordo com a temática – 2002/2012

Periódico/Revistas	Nome	Relevância
Revista Sociedade & Natureza	Conocimiento geográfico y reconexión entre producción y consumo: El caso de la ganadería orgánica en Gales, Reino Unido / Geographical knowledge and reconnection between production and consumption: The case for organic livestock in Wales, United Kingdom	NÃO
Revista Brasileira de Política	A política comercial da administração Bush: o CAFTA-DR e a resistência interior.(Report)	NÃO
Revista agroalimentaria	Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar em países com diferentes níveis de desenvolvimento	SIM
Ciencia & Saude Coletiva,	A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo.(Report)	SIM
Ra'e Ca	Agricultura e mercado no Brasil: revendo as visões da geografia sobre os condicionantes da produção agrícola no capitalismo.(artículo em português)	SIM
Ciencia & Saude Coletiva	Construction of the food and nutrition security policy in Brazil: strategies and challenges in the promotion of intersectorality at the federal government level/A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo.(Company overview)(Report)	SIM

Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies	Ciclos de producao extensiva e intensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupacao da mao-de-obra agricola (1960-2000)	NÃO
Economia Aplicada	Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente	SIM
Ciencia & Saude Coletiva	Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentacao Escolar	NÃO
Revista de Economia e Sociologia Rural	Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar	
Ra'e Ga	Os condicionantes da competitividade internacional da pomicultura na regio de Fraiburgo/SC.(Report)	NÃO
Ra'e Ga	Velhos e novos ingredientes da questao alimentar no Brasil.(Report)	SIM
Acta Scientiarum. Biological Sciences (UEM)	Crescimento do camarao marinho Farfantepeneaus subtilis (Perez-Farfante, 1967) cultivado em tanques com diferentes protocolos de fertilizacao organica	NÃO
Revista Agroalimentaria	Novas configuracoes no meio rural brasileiro: uma analise a partir das propriedades com agroindustria familiar	NÃO
Espacio y Desarrollo	Evolucao do processo de ocupacao da soja de 2000 a 2006 em campo novo dos parecis--mato grosso, atraves do sensoriamento remoto.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Conceituando e medindo seguranca alimentar e nutricional.(TEMAS LIVRES)(Texto en Portuguese)	SIM
Revista Agroalimentaria,	Ecologizacao do Sistema Setorial de Inovacao da Soja no Brasil.(Report)	NÃO
Revista Agroalimentaria,	Experiencias de programas combinados de alimentacao escolar e desenvolvimento local em Sao Paulo-Brasil.(Texto en Portuguese)	SIM
Acta Scientiarum Human and Social Sciences (UEM),	Agricultura empresarial e producao camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense.(Texto en Portuguese)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Transformando o problema da fome em questao alimentar e nutricional: uma cronica desigualdade social.(Texto en Portuguese)	SIM
Alimentos e Nutricao	National School Feeding Program--PNAE: systematization and importance/Programa nacional de alimentacao escolar: sistematizacao e importancia.(texto en portugues)	NÃO
Sobral, Francine ; Costa, Vera Mariza H. De Miranda	An Argentinean lady in Yankee land. The travel memoirs of Eduarda Mansilla/Uma dama argentina em terras yankees: os Recuerdos de viaje, de Eduarda Mansilla.(Report)	NÃO
Latin American Research Review	Passaros e cientistas no Brasil: Em busca de protecao, 1894-1938	NÃO
Revista Brasileira de Politica	Etanol e biodiesel como recursos energeticos alternativos: perspectivas da America Latina e da Asia	NÃO
Ra'e Ga	Julio de Castilhos/RS: a cadeia produtiva da soja como agente reorganizador do seu espaco agrario.(Report)	NÃO
Revista Brasileira de Gestao de Negocios	Riscos empresariais divulgados nas ofertas publicas de acoes no Brasil.(texto en portugues)	NÃO
Revista Historia Critica,	Uma logica demografica elastica: o abolicionismo britanico e a plantation escravista no Brasil (1789-1850).(Articulo en portugues)	NÃO
Revista Agroalimentaria	A "Producao invisivel" na agricultura familiar: autoconsumo, seguranca alimentar e politicas publicas de desenvolvimento rural	SIM
Revista de Administracao Contemporanea - RAC,	Cooperativa agroindustrial Bom Jesus: estrategias de crescimento.(Casos de Ensino em Administracao)(Report)	NÃO
Ra'e Ga	A participacao cooperativista dos avicultores na regio Oeste Paranaense.(texto en portugues)	NÃO

Revista Agroalimentaria	Mudancas nas praticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul do Brasil.(Texto en Portuguese)	SIM
Sao Paulo em Perspectiva	Notas sobre a pratica dos economistas de mercado no Brasil.(Report)	NÃO
Ra'e Ga	Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de ponta grossa (PR).(articulo en portugues)	NÃO
Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia	O radio educativo e a cibercultur@ nos processos de mobilizacao comunitaria.	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Comer, alimentar e nutrir: categorias analiticas instrumentais no campo da pesquisa cientifica.(Texto en Portuguese)	NÃO
Revista Panamericana de Salud Publica	Custos diretos do programa de prevencao e controle da dengue no Municipio de Sao Paulo em 2005.(Investigacion original)(Texto en Portuguese)(Perspectiva general de la enfermedad/trastomo)	NÃO
Sao Paulo em Perspectiva	A utilizacao do pib trimestral como indicador de conjuntura economica: o caso de pernambuco.(Report)	NÃO
Acta Scientiarum Human and Social Sciences (UEM)	O global e o local: as empresas reflorestadoras e a comunidade cabocla de Postinho na Regiao Metropolitana de Curitiba	NÃO
Revista Agroalimentaria	Análise da producao e comercializacao de mel natural no Brasil no periodo de 1999 a 2010.(Texto en Portuguese)	NÃO
Ra'e Ga	Elementos do ritmo lento da territorializacao do agroartesanato familiar em Francisco Beltrao/PR.(Report)	NÃO
Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies,	A geografia agraria e seus elementos de critica sobre os avancos do capital monopolista no campo Brasileiro	SIM
Revista Innovar	Gastos sociais e crise do capital.(GESTION PUBLICA)(Texto en Portuguese)	NÃO
Prohistoria, Annual,	"O contrabadista, ja se sabe, era da oposicao": discursos Em toRNo do contrabando	NÃO
Ciencia Rural,	Comportamento de compra dos consumidores de frutas, legumes e verduras na regio central do Rio Grande do Sul.(Texto en Portugues)	SIM
Ciencia Rural	Uso, ocupacao das terras e banco de dados geograficos da metade sul do Rio Grande do Sul	NÃO
Revista de Administracao Contemporanea - RAC,	Um Modelo de avaliacao da eficiencia da administracao publica atraves do metodo analise envoltoria de dados (DEA).(Texto en Portuguese)	NÃO
Ra'e Ga	Reestruturacao do capital e industria calcadista na regio do Cariri--CE.(Report)	NÃO
Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociologia	Crescimento economico, desigualdade e condicoes de vida -estudo do interior fluminense nos anos 90-	SIM
Luso-Brazilian Review,	Sérgio Luminoso e Nocturno. Irracionalidade e Decadência em Portugal	NÃO
Revista Estudo Feministas	thirty-seven days in New York with Adalzir Bittencourt/ Trinta e sete dias em Nova York com Adalzir Bittencourt.(Report)	NÃO
Revista de Administracao Contemporanea - RAC	Assimetria de informacao e confianca em interacoes cooperativas.(Texto en Portuguese)	NÃO
European Review of Economic History,	New wine in old bottles: Output and productivity trends in Portuguese agriculture, 1850-1950	NÃO
Luso-Brazilian Review	Árvores do rei, floresta do povo: A instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial	NÃO
Alimentos e Nutricao	Viability of substitution of wheat flour for rice flour in school meals/Viabilidade da substituição da farinha de trigo pela farinha de arroz na merenda escolar.(texto en portugues)	NÃO
Revista Geografica,	A cidade para o consumo: mobilidade e centralidade em Maringa-PR-Brasil. o caso do Hipermercado Big	NÃO

RAE Eletronica	Business characteristics in the farming implements business/características do negocio no setor de maquinas agricolas/características del negocio en el sector de maquinas agricolas.(Report)	SIM
The Journal of Economic History,	Big Social Savings in a Small Laggard Economy: Railroad-Led Growth in Brazil	NÃO
Contemporary Economic Policy,	The impact of sector-specific and economy-wide policy reforms on the agricultural sector in Brazil: 1980-98	SIM
Luso-Brazilian Review	The Brazilian Economy: Growth and Development (review)	SIM
Revista Brasileira de Financas	Modelagem de equacoes estruturais aplicada a reacao a bonificacoes e desdobramentos: integrando as hipoteses de sinalizacao, liquidez e nivel otimo de precos.(Texto en Portuguese)	NÃO
Revista Brasileira de Financas	Planos de Opcoes de Compra de Acoes e o Valor das Companhias Brasileiras.	NÃO
Revista Brasileira de Gestao de Negocios	Las relaciones entre gestion y riesgo en las empresas Brasilenas de capital abierto.(AREA TEMATICA: FINANÇAS E ECONOMIA)(Report)	NÃO
Revista Brasileira de Financas	Analise da efetividade de politicas de hedge no mercado de dolar futuro no Brasil.(texto en portugues)	NÃO
Revista Contabilidade & Financas	Concentracao de votos e acordo de acionistas: influencias sobre o conservadorismo.(Report)	NÃO
Revista Brasileira de Financas	Assimetria e premio de risco na estrutura a termo de juros brasileira.(Texto en Portuguese)	SIM
Ciencia & Saude Coletiva	A dinamica da vinculacao de recursos para a saude no Brasil: 1995 a 2004.(TEMAS LIVRES)(Texto en Portuguese)	NÃO
Revista Contabilidade & Financas	Conservadorismo condicional: estudo a partir de variaveis economicas.(Report)	NÃO
Revista Contabilidade & Financas,	Aplicabilidade da Lei de Newcomb-Benford nas fiscalizacoes do imposto sobre services--ISS.(Texto en Portuguese)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Quem acessa o Programa Farmacia Popular do Brasil? Aspectos do fornecimento publico de medicamentos.(TEMAS LIVRES)(Texto en Portuguese)	NÃO
Revista de Administracao Contemporanea - RAC	Previsao nao-linear de retornos na BOVESPA: volume negociado em um modelo auto-regressivo de transicao suave.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	A trajetoria do Programa Nacional de Alimentacao Escolar no periodo de 2003-2010: relato do gestor nacional	NÃO
Revista Contabilidade & Financas	Determinantes do grau de evidenciacao de risco de credito pelos bancos brasileiros.(Report)	SIM
Economia Aplicada,	Estimativa de Curva de Phillips para o Brasil com preços desagregados	NÃO
Revista Contabilidade & Financas,	Friccoes financeiras e a substituicao entre fundos internos e externos em companhias brasileiras de capital aberto.(articulo en portugues)(restriccion financiera, Pecking Order Theory, estructura de capital)	NÃO
Revista Innovar	Efectos de la imagen corporativa en el comportamiento del consumidor. Un estudio aplicado a la banca comercial.(marketing)(Report)	NÃO
Sao Paulo em Perspectiva	Previsao do nivel de emprego e politica publica na cidade do rio de janeiro.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Despesa publica municipal com saude em Pernambuco, Brasil, de 2000 a 2007.(Texto en Portuguese)	NÃO
Ra'e Ga,	Os condicionantes da competitividade internacional da pomicultura na regiaode Fraiburgo/SC.(Report)	NÃO
Alimentos e Nutricao (Brazilian Journal of Food and Nutrition	National School Feeding Program--PNAE systematization and importance/Programa nacional de alimentacao escolar: sistematizacao e importancia.(texto en portugues)	NÃO

Revista Agroalimentaria	A "Producao invisivel" na agricultura familiar: autoconsumo, segurancas alimentar e politicas publicas de desenvolvimento rural	SIM
Revista de Administracao Contemporanea - RAC	Governanca corporativa e os determinantes da estrutura de capital: evidencias empiricas no Brasil	NÃO
Revista de Administracao Contemporanea - RAC	Fatores relevantes para o estabelecimento de redes de cooperacao entre empresas do Rio Grande do Sul	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva,	As percepcoes dos farmaceuticos sobre seu trabalho nas farmacias comunitarias em uma regio do estado do Rio de Janeiro.(TEMAS LIVRES)(Texto en Portuguese)	NÃO
RAC-Electronica,	Desenvolvimento e desenvolvimento aplicacao de um modelo para previsao de demanda em jogos de empresas	NÃO
Ra'e Ga	Expansao urbana e desigualdade socioespacial: uma analise da cidade de ponta grossa (PR).(articulo en portugues)	NÃO
Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociologia,	Crescimento economico, desigualdade e condicoes de vida -estudo do interior fluminense nos anos 90-	SIM
Sao Paulo em Perspectiva,	Gastos tributarios relacionados ao consumo de atencao privada a saude: contribuicao ao debate sobre politicas de financiamento.(Report)	NÃO
Revista Brasileira de Financas	Os ratings de risco soberano e os fundamentos macroeconomicos dos paises: um estudo utilizando redes neurais artificiais.(Report)	NÃO
RAC-Electronica,	Probabilidade de Inadimplencia de Empresas Brasileiras Refletida nas Informacoes do Mercado Acionario/Default probability implicit in stock market information.(Texto en Portuguese)	NÃO
Ciencia Rural	Land use and occupation and geographical data base of the half south of the Rio Grande do Sul State/Usoc, ocupacao das terras e banco de dados geograficos da metade sul do Rio Grande do Sul	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Reformas de saude em perspectiva comparada-- uma questao sem fim .... ou uma busca improvavel.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Conceituando e medindo segurancas alimentar e nutricional.(TEMAS LIVRES)(Texto en Portuguese)	SIM
Revista Panamericana de Salud Publica	Paradoxos das politicas de descentralizacao de saude no Brasil.(Opinion y analisis)	NÃO
Revista Colombia Internacional,	Imperialism, capitalism and the bourgeoisie: revisiting the theoretical contributions of Joseph Schumpeter and Hannah Arendt/Imperialismo, capitalismo e burguesia: revisitando as contribuicoes teoricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt.(Report)	NÃO
Estudios Fronterizos,	El efecto sustitucion y la evolucion del costo de vida en la frontera de Uruguay con Brasil	NÃO
Revista de Estudios Sociales	Estado, burguesia e legislacao trabalhista brasileira no limiar dos anos 30: notas para uma discussao.(Otras Voces)(Texto en Portuguese)	NÃO
Revista Contabilidade & Financas	Determinants of the capital structure of publicly-traded companies in Brazil, Mexico and Chile in the period 2001-2006/Determinantes da estrutura de capital das companhias abertas no Brasil, Mexico e Chile no periodo 2001-2006.(Report)	NÃO
Espacio y Desarrollo,	Evolucao do processo de ocupacao da soja de 2000 a 2006 em campo novo dos parecismato grosso, atraves do sensoriamento remoto.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	Responsabilidade do Estado e direito a saude no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes.(Report)	NÃO

Revista Brasileira de Financas	CAPM condicional no mercado brasileiro: um estudo dos efeitos momento, tamanho e book-to-market entre 1995 e 2008.(Texto em Portugues e)	NÃO
Revista de Administracao Contemporanea - RAC	Empreendedorismo, competitividade e crescimento economico: evidencias empiricas.(Report)	NÃO
Ciencia & Saude Coletiva	A tese da judicializacao da saude pelas elites: os medicamentos para mucopolissacaridose.(TEMAS LIVRES)(Disease/Disorder overview)	NÃO
Revista Contabilidade & Financas	Poison pills in Brazil: an exploratory study/Poison pills no Brasil: um estudo exploratorio.(Report)	NÃO
Ra'e Ca,	Velhos e novos ingredientes da questao alimentar no Brasil.(Report)	SIM
Journal of Information Systems & Technology Management,	Information based metaphors: from brain to network/Metaforas baseadas em informacao: do cerebro para a rede.(Report)	NÃO
TOTAL PUBLICAÇÕES = 104	TOTAL NÃO RELEVANTES = 81	TOTAL RELEVANTES = 23

Fonte: Elaborada pelo autor, 2013.

A tabela 1 demonstra que houve de um total de 104 publicações, apresentando apenas 23 se enquadraram como bibliografia de relevância, abordando temas que se relacionam diretamente com o tema tratado no presente estudo. Porém, como a análise bibliométrica compreende os últimos dez anos (2002-2012), a tabela 1 também demonstra que a quantidade publicação relevante parece bastante reduzida.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se a produção científica relacionada com a temática dos preços mínimos agrícolas embora pareça ser reduzida percebe-se também que os trabalhos não tratam especificamente da Política de Garantia Preços Mínimos, como era frequente no passado, até a década de 1990, trabalhos que abordavam assuntos específicos da PGPM, os quais muitos foram utilizados para a realização da revisão bibliográfica desta pesquisa.

Este resultado não se faz uma surpresa para a área, pois com o conhecimento da Parte I e Parte II deste trabalho, verifica-se que com a perda efetividade da PGPM para a economia brasileira, ocorrida no final da segunda metade da década de 1990, se faz natural que a produção científica relacionada ao tema abordado sofresse redução dentro do período estudado.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Garantia de Preços Mínimos, embora esteja em vigor desde 1943, sempre foi uma política pública que foi tratada de forma a solucionar as crises emergenciais relacionadas ao setor agrícola, foi somente na década de 1980, que esta política passou, de forma sistemática, a se preocupar com os preços dos produtos agrícolas que vigoravam no mercado, o que aconteceu também na década de 1990.

Esta pesquisa analisou a PGPM neste período em que sua atuação se fez de forma mais acentuada, quando conseguiu por intermédio desta política uma redução das oscilações dos preços agrícolas dentro do mercado interno, o que conseqüentemente garantiu uma renda mínima ao produtor rural e a estabilidade da economia na década de 1990.

A trajetória da PGPM, ao longo dos anos, sofreu várias modificações, mas sempre tinha como principal fundamento as preocupações com o abastecimento interno, a garantia de uma renda mínima ao produtor rural, a redução das flutuações dos preços agrícolas e o controle do processo inflacionário.

Quando, em 1980, a PGPM começou a agir com mais efetividade na economia, houve um mecanismo de comercialização no qual o governo era responsável pela compra do excedente da produção do país, assim, garantindo um preço dos produtos no mercado interno. Tendo nesta década, os objetivos de curto prazo como norteadores desta política, o governo queria solucionar a crise financeira e a redução de crédito rural ocorrida na década de 1970.

Ainda na década de 1980 com o governo na posse de consideráveis estoques, são realizadas várias mudanças nos instrumentos da PGPM, com o intuito de melhorar e facilitar a sua operação entre os agentes interessados, onde foi introduzido regras que facilitavam a comercialização da produção, o que culminou com a economia começando a emitir sinais de normalidade no mercado interno agrícola .

A década de 1990 já se inicia em um ambiente econômico desfavorável e descontrolado, onde as taxas de inflação subiam a níveis absurdos, porém é nesta década que o Governo Federal utiliza de estratégias de controle de preços, por meio da PGPM e de seus instrumentos, que se mostram muito eficazes na estabilização da economia.

A implementação do Plano Real e a abertura da economia, que trouxe como consequência a estabilização da economia, conduziu benefícios para a o setor agrícola, pois com a inflação controlada e a desindexação do crédito rural das taxas de mercado, os preços agrícolas se firmaram em um patamar bem maior e mais vantajoso do que os preço mínimos fixados pelo Governo Federal. Isso mostra o quão assertiva foi a estratégia da PGPM utilizada na década de 1980 e posteriormente em 1990.

Após a estabilização da economia ocorrida na segunda metade da década de 1990, os preços agrícolas que vigoravam no mercado eram capazes de conferir alta rentabilidade ao produtor rural, maior liquidez no setor agrícola e o escoamento total da produção, conseguindo abastecer tanto mercado interno quanto o externo. Todos esses fatos fizeram com que a PGPM perdesse a sua efetividade na economia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: Evolução Histórica e Questões. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, Janeiro – Junho de 2006.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira ; ALVARENGA, Lídia. A Bibliometria na Pesquisa Científica da Pós-graduação Brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, v.16, n. 31, p. 51-70, 2011.

BASTOS, Eliana Teles ; GASQUES, José Garcia ; VERDE, Calos M Villa. Gastos Públicos na Agricultura: Uma retrospectiva. **Revista de Política Agrícola**. Edição Especial de Aniversário do MAPA – 150 anos, p. 74 – 92, Julho de 2010.

BELIK, Walter ; SILVA, José Graziano da ; TAKAGI, Maya. Políticas de Combate a Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BRASIL, Confederação Nacional da Agricultura, (CNA). Comunicados. Disponível em: <<http://www.cna.pt/comunicadoscna9.htm>> Acesso em: 14 de Maio de 2013.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola, Exportação. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao>> Acesso em: 16 de maio de 2013.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de ; SILVA, César Roberto Leite da. Preços Mínimos e Estabilização de Preços Agrícolas. **Revista de Economia Política**, v.13, n. 1 (49), 52-63, Janeiro – Março 1993.

CHADDAD, Fábio R. et al. Repensando as Políticas Agrícola e Agrária do Brasil. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE. **Revista Digesto Econômico**, Novembro – Dezembro de 2006.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola (Brasil)**. Edição Especial, v. 10, n. 3, p. 3-58, Julho/Setembro 2001.

COELHO, Carlos Nayro. Os Planos de Estabilização e o Financiamento da Agricultura. **Revista de Política Agrícola**, v.3, n. 02, p. 9 e 10, Abril – Junho 1994.

DELGADO, Guilherme Costa ; CONCEIÇÃO, Júnia da. Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos : Origens, Situação Atual e Prespectiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 8, p. 25-32, Janeiro – Junho de 2005.

FAVERO, Luis Andrea. Novas Formas de Coordenação das Atividades de Abastecimento nos Mercados Atacadistas de Frutas e Hortaliças da América Latina. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**,

Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1026.pdf>> Acesso em: 02 de Janeiro de 2013.

FILHO, Egmar Del Bel ; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação das Mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos: Período de 1997 a 2004. **Revista de Economia e Agronegócio**. Vol. 3, n. 1, p. 51-76, Dezembro de 2004.

FILHO, Egmar Del Bel ; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação das Mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos: Período de 1997 a 2002. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2002. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O344.pdf>> Acesso em: 01 de Dezembro de 2012.

GASQUES, José Garcia ; VERDE, Calos M. Villa. Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos Oitenta. Texto para Discussão. Brasília, IPEA, n. 204, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002, 176p.

GRAMACHO, Amilcar. A Política de Garantia de Preços Mínimos e o Sistema Cooperativo Brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 2, n. 3, p. 10-12, Julho – Setembro 1993.

HOLFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**. Campinas, Ano XXI, n. 55, p. 30-41, Novembro de 2001.

LEITE, Sérgio Pereira ; Análise do Financiamento da Política de Crédito Rural no Brasil (1980 – 1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 16, p. 129 – 163, Abril 2001.

LUCENA, Romina Batista de ; SOUZA, Nali de Jesus de. O Papel da Agricultura no desenvolvimento Econômico Brasileiro, 1980/1998. **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS). Porto Alegre. Vol. 19, n. 35, p. 55-72, Agosto de 2001.

LUCENA, Romina Batista de ; SOUZA, Nali de Jesus de. Políticas Agrícolas e Desempenho da Agricultura Brasileira: 1950-00. **Fundação de Economia e Estatística (FEE)**. Porto Alegre, Vol. 29, n. 2, p. 180-200, Agosto de 2001.

MARTINEZ, Benjamin Martinez. A Política Agrícola Brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 3, n. 2, p. 5-8, Abril – Junho 1994.

MARTINS, Heloísa Helena T. De Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Maio – Agosto de 2004.

MELLO, Fernando Homem de. O Crescimento Agrícola Brasileiro nos Anos 80 e as Perspectiva para os Anos 90. **Revista de Economia Política**, v.10, n. 3 (39), p. 22-30, Julho – Setembro de 1990.

NUNES, Sidemar Presotto. Instrumentos da Política Agrícola Para a Agricultura e a Agricultura Familiar no Brasil. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Boletim Eletrônico nº 59, Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola.pdf>> Acesso em: 02 de Janeiro de 2013.

PIRES, Anderson. O Convênio de Taubaté e a economia Cafeeira de Minas Gerais – 1906/1929. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/ São Paulo, v. 4, n. 3, p 138-169, Agosto de 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano ; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2. ed. Nova Hamburgo: Editora Feevale, 2013, 277p.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Estado, Macroeconomia E Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2003, 246p.

REZENDE, Gervásio Castro de. Política de Garantia de Preços Mínimos na Década de 90: Dos Velhos aos Novos Instrumentos. Texto para Discussão. Brasília, IPEA, nº 740, 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Café e Ferrovias à época do Convênio de Taubaté. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/São Paulo, v. 2, n. 1, p.88-100, Janeiro – Abril de 2005.

SILVA, Edna Lúcia da ; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001, 121p.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Direitos Humanos na Internet**. 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)> Acesso em: 12 de Dezembro de 2012.

TUDE, João Martins ; FERRO, Danile dos Santos ; SANTANA, Fábio Pablo. **Políticas Públicas**. Edição Digital. Editora IESDE, 2010. 136 p.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da Bibliometria à Webometria: Uma Exploração Conceitual dos Mecanismos Utilizados Para Medir o Registro da Informação e a Difusão do Conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, Maio – Agosto de 2002.